



**Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Ciências Econômicas**



AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: UM POTENCIAL ECONÔMICO

**VANIA MARIA CELESTINO DOURADO
MATRICULA Nº. 2018309-6**

**Brasília – DF
Junho de 2005**



**Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Ciências Econômicas**



AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: UM POTENCIAL ECONÔMICO

VANIA MARIA CELESTINO DOURADO

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

ORIENTADOR: CARLOS ANTÔNIO DE REZENDE

**Brasília – DF
Junho de 2005**



**Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Ciências Econômicas**



AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: UM POTENCIAL ECONÔMICO

VANIA MARIA CELESTINO DOURADO

BANCA EXAMINADORA

Prof. André Nunes - Presidente

Prof. Alexandre Zioli Fernandes - Membro

Prof. Carlos Antônio de Rezende - Membro

**Brasília-DF
Junho de 2005**

“O mais alto resultado da educação é a tolerância”

Helen Keller

Dedicatórias:

Dedico este trabalho aos meus avós (Benedito e Izolina), tios e a meus pais (Henrique e Arminda), pela luta com que desbravaram parte o Sul de São Paulo e Norte do Paraná no Setor Agrícola.

Agradecimentos:

Primeiramente a Deus, sempre presente em minha vida, pela saúde e força espiritual;

À minha querida família (Dourado, Annie, Arianne e Avner), pelo apoio e a paciência a mim dedicados durante o período de estudo;

Aos meus irmãos e cunhados que estiveram a todo momento incentivando para que eu desse continuidade aos estudos;

Aos meus professores: (Alexandre, André, Edmundo, Gecílio, Hamilton, Ida Boing, Milena, Ricardo, Rosiu Ovidiu, Soares, Sobral, Wollman,) pela compreensão e conhecimento transmitido;

Ao Coordenador do Curso de Economia André Nunes;

Ao orientador de minha monografia, professor Carlos Antônio de Rezende;

Aos meus grandes amigos (Bruno, Cezar, Clímaco Eliedson, Érika, Ivone, Jacson, João Eugênio, Joilda, Luisinho, Milene, Mirrôneo, Neide, Paulinho, Ricardo, Selma, Tito) e colegas, pelo carinho e companheirismo;

Em especial, às minhas cunhadas Lourdes, Maria do Socorro, Aparecida que sempre me impulsionaram a seguir em frente;

Também gostaria de agradecer ao Banco do Brasil por me proporcionar uma Bolsa de Estudo, para que eu pudesse dar continuidade ao meu curso.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Operações das Características de Recursos da FINAME	29
Tabela 2	Características das Operações com Recursos do BNDES	29
Tabela 3	Características das Operações com Recursos do FCO	30
Tabela 4	Agropecuária no Brasil: Potencial Produtivo – Safra 2003/04	38
Tabela 5	Evolução do Agronegócio	40
Tabela 6	Números da Reforma Agrária	49
Tabela 7	Relação entre Países desenvolvidos e em desenvolvimento (incluindo os menos desenvolvidos)	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Produção dos principais grãos – Brasil (2002-2003)	23
Gráfico 2	Produtividade (kg/hectare)	38
Gráfico 3	Participação do Agronegócio no PIB Brasileiro (1959-2002)	40
Gráfico 4	Participação dos Principais Produtos nas Exportações do Agronegócio em 2003 (%)	41
Gráfico 5	Participação dos principais países de destino às exportações brasileiras em 2003 (%)	42
Gráfico 6	Participação das regiões brasileiras nas exportações do agronegócio (%)	43
Gráfico 7	Participação dos estados brasileiros nas exportações do agronegócio (%)	43
Gráfico 8	Participação do agronegócio no PIB em 2003(%)	45
Gráfico 9	Participação do agronegócio no total das exportações em 2003 (%)	46
Gráfico 10	Participação do Agronegócio no total das importações em 2003 (%)	46

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	O Tema e sua Importância.....	12
1.2	Objetivos.....	13
1.2.1	Objetivo geral.....	13
1.2.2	Objetivos específicos	13
1.3	Hipóteses	13
1.4	Identificação das Variáveis.....	14
1.4.1	Relação entre as variáveis.....	14
1.5	Metodologia.....	15
1.6	Referencial Teórico.....	15
2	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AGRICULTURA.....	19
2.1	Brasil: Evolução da Agricultura	20
3	INSTRUMENTOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA	24
3.1	O Crédito Rural.....	24
3.1.1	Crédito Rural no Brasil – da Origem à Institucionalização	25
3.1.2	Objetivos do Crédito Rural.....	26
3.2.	Gastos públicos com agricultura.....	27
3.2.1	Modalidade de crédito rural.....	27
4	POLÍTICA DE PREÇOS	31
4.1	A Política de Preços Mínimos e Instrumentos de apoio à Comercialização	31
4.1.1	Outros Instrumentos de Política Agrícola.....	35
4.1.2	O Seguro Rural.....	35
5	PRODUTIVIDADE DO AGRONEGÓCIO	36
6	IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO NA ECONOMIA BRASILEIRA	39
6.1	Agronegócio Brasileiro: Uma Oportunidade de Investimentos.....	39
6.2	Exportação do Agronegócio.....	40
6.2.1	Exportações por Países de Destino	41
6.2.2	Participação das Regiões e Estados Exportadores	42
6.3	O Comercio Internacional e a Importância do Agronegócio para a Balança Comercial Brasileira.....	44
7	PESQUISA AGROPECUÁRIA E TECNOLOGIA	47
8	DEMAIS ASSUNTOS RELACIONADOS AO AGRONEGÓCIO	488
8.1	Incentivo à Produção de Alimento Básicos.....	48
8.2	Agricultura Orgânica.....	48
8.3	Conflitos de Terra.....	48
8.4	Subsídios.....	50
8.4.1	Subsídios agrícolas dos países ricos prejudicam países pobres.....	50
9	TESTE DAS HIPÓTESES	53
10	CONCLUSÃO	544
11	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	555

SINOPSE E ABSTRACT

SINOPSE

DOURADO, Vânia Maria Celestino, Agronegócio Brasileiro: Um Potencial Econômico. Centro Universitário de Brasília. Professor Orientador: Carlos Antônio de Rezende. Junho / 2005.

O presente trabalho discute os fatores que impulsionam e diferenciam o crescimento do agronegócio no Brasil. Tem-se a preocupação em demonstrar o desempenho da produtividade agrícola e as várias transformações ocorridas que afetaram o desempenho dos indicadores estimados - e, ainda, analisar as condicionantes do crescimento da produtividade, fazendo do Agronegócio um dos setores econômicos mais estratégicos para a consolidação do programa de estabilização da economia, com grande participação e forte efeito multiplicador sobre o PIB.

ABSTRACT

DOURADO, Vânia Maria Celestino, Agronegócio Brasileiro: Um Potencial Econômico. Centro Universitário de Brasília. Professor Orientador: Carlos Antônio de Rezende. Junho / 2005.

This monograph discusses the factors that promote and differentiate the growth of Agro business in Brazil. There is a concern to demonstrate the performance of agricultural productivity and the many transformations which have affected the development of measured indicators. In addition to that, it is also a worry to analyse the conditioning factors of productivity's growth, thus making Agro business one of the most strategic economic sectors for the consolidation of the economy stabilisation programme, playing a major role and having a likewise effect over the Brazilian GDP - Gross Domestic Product.

1 INTRODUÇÃO

Para se falar em agronegócio, precisamos inicialmente dar ênfase especial à agricultura, que sempre representou um forte referencial para a sobrevivência humana, tendo sido inventada a mais de 10 mil anos. Nos últimos dois ou três mil anos surgiram algumas culturas diversificadas e sustentáveis adaptadas a cada região, principalmente na Europa, Ásia, México, América Central, Andes e parte da África.

O incentivo governamental à agricultura no Brasil durante muito tempo foi socialmente injusto e excludente, beneficiando a agricultura de exportação e de alternativa energética, em detrimento da pequena propriedade, que produzia apenas culturas de subsistência.

Durante a história do Brasil, a ação governamental foi direcionada aos interesses da agricultura latifundiária exportadora, que ao país servia como fonte geradora de divisas.

Do Brasil colonial aos complexos agroindustriais da atualidade, a agricultura brasileira sofreu profundas transformações, notadamente nos aspectos de relações de trabalho, padrão tecnológico, distribuição espacial da produção, formação de complexos agroindustriais e especialização da produção. Nesse contexto, pode ser observada uma crescente procura por máquinas e equipamentos (caminhões, tratores, silos, navios e outros). Essas mudanças foram um tanto conservadoras, devido ao seu caráter de concentração de terra, de renda e expulsão de mão de obra do campo, diminuindo postos de trabalho e, conseqüentemente, havendo a substituição do trabalho rural pela máquina e outras tecnologias.

A subordinação das políticas agrícolas a outras políticas macroeconômicas tem elevado a interdependência entre os diversos setores econômicos. O protecionismo sempre foi praticado pelas diversas nações em relação aos seus produtos.

O Brasil tem uma forte vocação agrícola; o *Agrobusiness* (Agronegócio) que é um conjunto de setores formado por centros de pesquisa, extensão, por associações de produtores e de comércio e/ou pelos setores que compõem o sistema de comercialização, os quais, a rigor, envolvem serviços e financiamento agrícola, de transporte, de armazenamento, de beneficiamento, de transformação do produto e de consumo. A matéria prima (produtos agrícolas), transformada em produto, acumula valor de exportação, utilizado nas transações comerciais com o Mercosul, China, Comunidade Européia e outros, fato este que faz do setor uma das atividades importantes para o país.

No momento atual, outro assunto muito em pauta é a discussão em torno do desenvolvimento sustentável, onde um dos objetivos principais é manter o agricultor em suas

atividades agrícolas, sem prejudicar a natureza e também evitar o êxodo rural e o conseqüente inchaço das áreas urbanas, que só traria desemprego e outros problemas sociais.

1.1 O Tema e sua Importância

O alvo principal deste trabalho será demonstrar a contribuição do Agronegócio para a economia nacional, bem como as várias transformações ocorridas que afetam o desempenho dos indicadores estimados - e, ainda, analisar as condicionantes do crescimento da produtividade, fazendo do Agronegócio um dos setores econômicos mais estratégicos para a consolidação do programa de estabilização da economia, com grande participação e forte efeito multiplicador sobre o PIB.

O alto peso dos produtos de origem agrícola (básicos, semi-elaborados e industrializados) na pauta de exportações e a contribuição para o controle da inflação são exemplos da importância do agronegócio para o desenvolvimento da economia brasileira.

Apesar dos avanços tecnológicos da atividade industrial, notadamente na criação de aparelhos eletrônicos, a produção agrícola sempre foi um fortíssimo fator de desenvolvimento social e econômico no País. Dados comprovam que em 2003 a economia encolheu 0,2%, enquanto o PIB brasileiro agrícola aumentou 5,0 %.

Já na pauta de exportações brasileiras, a participação da agricultura, apesar de ter recuado significativamente com o processo de industrialização do País, ainda é fundamental. Mais de ¼ (um quarto) das exportações brasileiras ainda são oriundas deste setor. O Brasil se destaca no cenário internacional como grande exportador, apresentando uma pauta no setor de agronegócio bem diversificada, na qual os principais produtos são: café, suco de laranja, grão, farelo e óleo de soja, açúcar, fumo e cigarros, papel e celulose, carnes, couros, pescados e outros.

No campo social, a atividade agrícola proporcionou auxílio no quesito desemprego, que tem sido um dos vilões da economia nos últimos anos. As pequenas e médias cidades de várias regiões do país ampliaram o seu ritmo de criação de postos de trabalho ao contrário do que acontece nos grandes centros urbanos. Se comparadas as maiores regiões do país com o interior dos Estados dessas regiões, temos a queda de 10% no índice de emprego nas cidades em contrapartida com o aumento de 85% no índice de emprego no campo. Nos demais Estados esse percentual é de 38%. Além disso, o agronegócio tem desbravado rincões e criado novos pólos de desenvolvimento no Brasil.

Portanto, é fundamental, para a formação das expectativas dos diversos agentes econômicos que atuam na economia brasileira, conhecer as principais restrições a um desempenho mais consistente do setor agropecuário e avaliar suas perspectivas para os próximos anos.

O agronegócio brasileiro está associado a uma nova dinâmica, onde emergem questões relacionadas às grandes diferenciações regionais no que diz respeito à velocidade de incorporação e expansão do uso da terra, adoção de práticas modernas de produção e uso de assistência técnica, logística, etc. Nesse contexto, depara-se com novos desafios: aumentar a eficiência e identificar potenciais ganhos de produtividade.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo do estudo é avaliar o crescimento do Agronegócio brasileiro ao longo dos anos, sua importância dentro da economia, e sua contribuição para PIB Nacional.

1.2.2 Objetivos específicos

- § Contextualizar a participação do Agronegócio dentro do cenário econômico nacional;
- § Analisar, dentro do agronegócio, a participação dos principais produtos na pauta de exportações;
- § Mostrar estatisticamente o volume de produção destinada à exportação e ao consumo interno;
- § Demonstrar a produção agrícola como fator de desenvolvimento social, relacionando-a com os propósitos de geração de emprego e renda.

1.3 Hipóteses

H1: As políticas agrícolas direcionadas de forma adequada ao Setor de Agronegócio, isto é, uma maior participação de recursos do Governo financiando essas atividades e uma implementação de políticas mais específicas, podem contribuir para um melhor nível de **produtividade**.

H2: O Agronegócio tem fundamental importância para a **elevação do PIB** Nacional, pois, tem atingido excelentes resultados na balança comercial.

1.4 Identificação das Variáveis

- § Valor da produção: considera-se o setor de lavouras (permanentes e temporárias);
- § Terra: obtido a partir das áreas plantadas com lavouras permanentes e temporárias;
- § Trabalho: refere-se ao pessoal ocupado, incluindo os responsáveis e membros da família, empregados permanentes e temporários, parceiros e outras condições;
- § Capital: novas tecnologias, números de máquinas e instrumentos agrícolas;
- § Insumos modernos: calculados com base nas despesas declaradas com fertilizantes, defensivos, sementes e mudas.

Podemos citar também outras variáveis:

- § Concentração de terra;
- § Utilização de irrigação;
- § Investimento em capital;
- § Despesas bancárias;
- § Financiamentos.

1.4.1 Relação entre as Variáveis

Os processos de criação, difusão e incorporação de novas tecnologias agrícolas em cada região estão diretamente relacionados aos seus níveis de investimentos diretos na formação de capital humano e nas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Avanços tecnológicos (mecânicos, químicos e biotecnológicos) atuam sobre o crescimento de longo prazo.

Verifica-se que os investimentos em máquinas, os financiamentos do governo e o tempo contribuem para a redução da ineficiência técnica da produção agrícola. As despesas com juros e taxas bancárias aumentam a ineficiência dessa atividade.

As restrições impostas ao desenvolvimento pela disponibilidade de terras cultiváveis podem ser reduzidas através de avanços tecnológicos, biológicos e químicos enquanto que as impostas pela oferta de trabalho podem ser amenizadas através de avanços tecnológicos

mecânicos. A capacidade de uma economia alcançar um rápido crescimento do produto e da produtividade agrícola está diretamente relacionada com sua capacidade de escolha da combinação ótima entre essas duas alternativas.

1.5 Metodologia

Existe uma multiplicidade de metodologias para construir uma pesquisa. Entre elas podemos encontrar uma tipologia simples que busca, em essência, classificar a produção a partir das condições básicas do processo, que explicam, em boa medida, suas reações e respostas ao conjunto de variáveis externas, assim como a sua forma de apropriação da natureza.

O presente trabalho estará utilizando as seguintes metodologias:

§ Método hipotético-dedutivo – análise das teorias científicas a respeito do problema e ao final, a aceitação ou não das hipóteses.

§ Método quantitativo – serão utilizadas as teorias e procedimentos estatísticos para estabelecer empiricamente as relações entre as variáveis ligadas ao problema. Tal procedimento é, em parte, derivado da própria forma como, em geral, são apresentadas às estatísticas agrárias e verificar o grau de produtividade com as conseqüentes influências no crescimento da economia do país.

1.6 Referencial Teórico

A agricultura, como atividade do homem inserido na sociedade, pode ser definida de forma sucinta como “a arte de cultivar os campos”, mas é um conceito vago e pouco informativo que está longe de transmitir a idéia do agronegócio, cujos objetivos das atividades são bem mais complexos. A agricultura empresarial moderna cede lugar às pesquisas científicas.

Uma definição mais elaborada é a de que "a agricultura consiste no esforço para situar a planta cultivada nas condições ótimas de meio (clima, solo) para lhe tirar o máximo rendimento em quantidade e em qualidade".¹ Esta definição, sendo elucidativa do ponto de vista técnico, peca por negligenciar o conceito de agricultura como atividade econômica e social.

¹ DIEHL, Robert. “Agricultura Geral”. Clássica Editora. Lisboa, 1984

Na realidade o objetivo econômico da agricultura, num sistema de produção capitalista ou empresarial não é a maximização do rendimento, mas sim do lucro, o que, como se sabe da teoria microeconômica da produção, não coincide com o máximo rendimento². Por outro lado, numa agricultura de subsistência o objetivo é o de assegurar a alimentação do agregado familiar, o que se faz sem a utilização de fatores de produção adquiridos no mercado e sem a preocupação da adequação das plantas ao meio.

Foi também sugerido que "a agricultura é a arte de obter do solo, mantendo sempre a sua fertilidade, o máximo lucro".³ Embora introduzindo o conceito da manutenção da fertilidade do solo, que serve o objetivo de obter produções regulares ao longo dos anos (sustentabilidade dos sistemas de agricultura), esta definição apenas se adequa aos sistemas capitalistas de produção. Além disso, não refere quais os intermediários entre o solo e o lucro, pelo que pode ser utilizada sem grande esforço para as atividades extrativas.

Uma definição sintética e expressiva foi proposta por Henrique de Barros. Para este autor a agricultura é "a artificialização pelo homem do meio natural, com o fim de torná-lo mais apto ao desenvolvimento de espécies vegetais e animais, elas próprias melhoradas".

A enorme dificuldade em definir agricultura, prende-se com complexidade de que se revestem as atividades humanas, que decorrem em determinado momento histórico, ambiente natural e contexto social. Na sua mais larga aceção a agricultura deve ser encarada como "fenômeno social total".

Esta atividade tem de se adaptar às condições ecológicas e sociais, que variam de lugar para lugar, o que levou Barros⁴ a afirmar que a agricultura é, por excelência, o domínio da diversidade:

§ Diversidade no enquadramento paisagístico, nos solos, no clima, na adaptabilidade das plantas cultivadas e dos animais domésticos e na presença de vegetação espontânea e animais selvagens.

§ Diversidade nas atitudes e comportamentos dos homens, na riqueza material e estatuto social dos agricultores, no papel da agricultura na economia global.

§ Diversidade na tecnologia disponível, no equipamento utilizado, no grau de utilização do potencial produtivo dos terrenos, nas estruturas fundiárias, na organização empresarial.

² BARROS, Henrique de. "Os grandes sistemas de organização da economia agrícola. 1ª edição. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa. 1975

³ DIEHL, op. Cit.

⁴ BARROS, Henrique de. "Os grandes sistemas de organização da economia agrícola. 1ª edição. Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa. 1975

O conceito que uma sociedade tem da agricultura modifica-se quando se alteram as condições ecológicas e sociais referidas. Essa mudança está bem evidente na evolução que o conceito "político" de agricultura tem sofrido nos últimos tempos. Durante milhares de anos a sociedade encarou a agricultura como uma atividade de subsistência, cujo objetivo primário era a produção de alimentos. Depois se foi introduzindo na consciência coletiva a idéia da agricultura como atividade econômica, a qual se exigia a produção de lucro, acarretando como consequência, uma acentuada dependência das energias fósseis, casos de poluição dos solos, das águas e dos alimentos e a problemática dos excedentes.

Atualmente verifica-se a agricultura como uma atividade ecológica, orientada para a produção de bem-estar, em sentido amplo. Segundo esta acepção, consagrada na recente reforma da Política Agrícola Comum, o agricultor vê reconhecida a sua multifuncionalidade (agronegócio). Não deixa de ser encarado como um produtor de alimentos e matérias-primas, mas reconhecem o seu papel de produtor de bens não transacionáveis como a defesa do ambiente e dos recursos naturais, a gestão do espaço rural e a preservação da paisagem.

De acordo com os clássicos, a agricultura tem diversos papéis a desempenhar no curso do processo de desenvolvimento econômico, devendo-se destacar os cinco mais importantes:

- 1) fornecer alimentos para a população total;
- 2) fornecer capital para a economia, especialmente para a expansão do setor não-agrícola;
- 3) fornecer mão-de-obra para o crescimento e diversificação de atividades na economia;
- 4) fornecer ganhos cambiais com os quais os insumos críticos para o processo de desenvolvimento poderão ser adquiridos no exterior; e
- 5) proporcionar um amplo mercado para os produtos do setor não-agrícola.

A questão levantada por Alves, que o papel atribuído à agricultura de constituir mercado consumidor para os produtos não-agrícolas deveria ser requalificado, pois embora continue sendo importante em termos de valor, a composição da cesta muda de bens de consumo para bens de investimento ou de produção direta (insumos). E conclui em seu trabalho que entre outras observações importantes, que a percepção do papel da agricultura no desenvolvimento evoluiu ao longo do tempo, e mostrou que, uma visão de agricultura como

setor passivo, chegou-se a uma abordagem segundo a qual as relações e interações entre a agricultura e os outros setores devem ser necessariamente consideradas.⁵

Outro ponto importante diz respeito ao papel da agricultura nos estágios mais avançados do desenvolvimento econômico, pois mesmo perdendo em participação relativa, a agricultura continua sendo estrategicamente essencial e sua contribuição não se limita apenas à geração de emprego e renda, levando a uma idéia muito mais ampla que é o agronegócio.

⁵ ALVES A.F. “Contribuição da agricultura ao crescimento econômico: o excedente financeiro de 1980 a 1998.”. p.127 – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, USP. Piracicaba, 2000.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AGRICULTURA

A agricultura, como atividade econômica que é, está invariavelmente ligada à sociedade, refletindo a sua estrutura e evolução. É necessário ter sempre em mente que os sistemas de agricultura são, em grande medida, uma herança do passado e que parte da compreensão da sua estrutura e funcionamento nos advém do conhecimento da sua história.

A agricultura é tida como a chave para entender o início das civilizações. Tudo começou com a pré-história, quando nossos distantes antepassados conseguiram domesticar as primeiras espécies vegetais. Assim, o surgimento da agricultura ocorreu mesmo após o final da última glaciação da Terra, há aproximadamente 10.000 anos a.C. , quando melhores condições climáticas fizeram surgir nos lugares das imensas e inóspitas geleiras, bosques e pradarias, ricas em recursos animais e vegetais. O novo ambiente da Terra fez com os humanos saíssem das cavernas para os campos. Livres da predação dos grandes animais, desaparecidos, os homens evoluíram para o cultivo dos vegetais (sedentarização).

Favorecidos pelos humos (ou limo) que deixavam extremamente fértil as terras irrigadas pelo rio Nilo, teriam sido os povos que, primitivamente, habitavam suas margens e que a partir de 4.000 anos a.C. evoluíram para as unidades políticas chamadas “Nomos”, os verdadeiros criadores da agricultura e dos cultivos agrários.

Depois da pré-história, a agricultura apresentou muitas evoluções no campo dos tratamentos culturais, desenvolvimento de linhagens adaptadas a diferentes regiões, irrigação, surgimento de novos produtos alimentícios etc. Estes acontecimentos permitiram mudanças substanciais no modo de vida do homem, que passou paulatinamente da vida nômade para vida fixa.

Contudo, foi no Século XX que ocorreram os maiores avanços na indústria e na ciência, o que tiveram forte impacto na agricultura. Entre os principais avanços realizados nesse século, está a mecanização agrícola pelo uso de tratores e máquinas de beneficiamento, a purificação de elementos químicos que possibilitou o estudo de nutrientes essenciais para o desenvolvimento das plantas, o aprofundamento do conhecimento em nutrição vegetal e animal, o melhoramento genético que desenvolveu culturas altamente produtivas e adaptadas a diferentes condições climáticas e um rebanho mais selecionado.

Assim, as descobertas arqueológicas revelaram que o antigo povo na Idade da Pedra Lascada (período paleolítico), vivia principalmente da caça e da colheita. A Idade da Pedra Polida (período neolítico), que data de cerca de dez mil anos atrás testemunhou a manufatura

dos implementos aperfeiçoados de pedra, o desenvolvimento de avançadas técnicas de caça, que usavam arco e flechas, e a produção de recipientes de cerâmica para cozinhar e armazenamento alimentos.

Portanto, desde a última glaciação (mesolítico), a agricultura se tornou a base da alimentação da população mundial, influenciando as tecnologias, políticas e economia. Na época medieval, as lutas travadas eram motivadas pela ocupação de melhores terras, e ainda hoje as terras férteis são causas de conflitos.

A Teoria de Malthus, idéia largamente difundida no começo do Século XX defendia que a população mundial crescia exponencialmente e a produção agrícola linearmente, o que em pouco tempo ocasionaria grande crise mundial por falta de alimento para a população. As previsões desta teoria, em parte, não se concretizaram porque os avanços tecnológicos possibilitaram o aumento da produção agropecuária, embora com alto custo ambiental.

2.1 Brasil: Evolução da Agricultura

A história da agricultura brasileira confunde-se, pelo menos até a metade do séc. XIX, com a própria história do país. No mesmo sentido, esta história é parte da expansão do mercado mundial, sendo determinada por este e, em alguma medida, interferindo nos processos sócio-econômicos dos países metropolitanos.

No Brasil, antes da chegada dos portugueses, as populações indígenas que viviam no litoral alimentavam-se, basicamente, de peixes e crustáceos, abundantes na costa brasileira. Esses restos alimentares deram origem aos fósseis chamados de sambaquis. Além disso, consumiam raízes (mandioca, cará) e praticavam a caça de pequenos animais nas áreas próximas à Mata Atlântica.

Os colonizadores europeus, desde o século XVI, realizaram a devastação das vegetações litorâneas brasileiras, iniciadas com a exportação do pau-brasil. Posteriormente, a evolução da agricultura se deu através das culturas de exportação ("plantations"), como a cana-de-açúcar, seguida pela pecuária extensiva, passando pelos ciclos do ouro, para chegar à exploração do café. Toda a economia era voltada para a exportação. Um continente com terras inexploradas a milhões de anos seria extremamente fértil a qualquer tipo de exploração agrícola.

Em meados do século XVIII e no século XIX, após um crescimento contínuo da grande lavoura de exportação (cana-de-açúcar), que se confundiu com a expansão do café

pelas serras e vales do interior da província do Rio de Janeiro, começaram a aparecer sinais evidentes de que a agricultura brasileira vivia uma profunda crise. Esta crise era atribuída, sobretudo, à falta de braços (pelo fim da escravidão) e de capitais, além do atraso técnico e administrativo na condução das lavouras.

Uma das maneiras de contar a história do é pelos ciclos agrícolas que se sucederam na terra onde se plantando tudo dá. Do extrativismo primitivo do pau-brasil, nos primórdios da colonização, ao moderno agronegócio atual, cada ciclo criou sua civilização brasileira. A marca registrada de quase todas elas foi ter se erguido sobre monoculturas, quase sempre motivadas por bolhas artificiais de demandas externas que, uma vez estouradas deixavam os agricultores nacionais quebrados. Foi assim sucessivamente com o pau-brasil, com a cana-de-açúcar e com o café. “Essa realidade abrupta, instável e imprevisível sempre teve o poder destrutivo de desestabilizar toda a economia dos países”, escreveu Braudel⁶ para concluir, em seguida: “os países latino-americanos só vão conseguir romper a condenação desses ciclos quando unirem agricultura movida a pesquisa, máquinas, e grandes investimentos”.

A maioria dos grandes proprietários acreditava na exploração extensiva dos sistemas de produção, através da expansão das fronteiras agrícolas, abandonando as lavouras atuais quando estas não tivessem mais produtividade satisfatória e indo em busca de novas áreas, reiniciando, assim, o ciclo de exploração da fertilidade dos solos. Esta era a cultura nômade de expropriação do solo brasileiro, na qual pouco se pensava nas conseqüências negativas dos manejos agropecuários empregados, especialmente no que diz respeito à destruição florestal.

Durante os anos 70 até meados da década de 80 as transformações ocorridas na agricultura brasileira no que se refere à interiorização da ocupação, tecnificação e questão social no campo, deram-se principalmente devido à adoção de instrumentos de política como crédito rural subsidiado, garantia de preços mínimos, assistência técnica e pesquisa.

Em seu discurso de posse, em março de 1979, o presidente Figueiredo declarava a agricultura como setor de desenvolvimento prioritário na estratégia econômica do novo governo. Posteriormente, as autoridades econômicas desse novo governo, principalmente através do ministro Delfim Netto, voltaram a enfatizar essa tônica presidencial, com definição mais ampla dos setores prioritários: exportações, energia e agricultura.⁷

⁶ Revista Veja, Editora Abril – Edição 1873, ano 37 – nº 39

⁷ MELO, Fernando Homem de. “Prioridade Agrícola: Sucesso ou Fracasso?” Fipe – Livraria Pioneira . São Paulo, 1985, pág. 8.

A partir de 1987, com o agravamento da crise fiscal e conseqüente crise inflacionária, houve uma redução significativa dos gastos orçamentários destinados aos programas de incentivo à produção agropecuária.

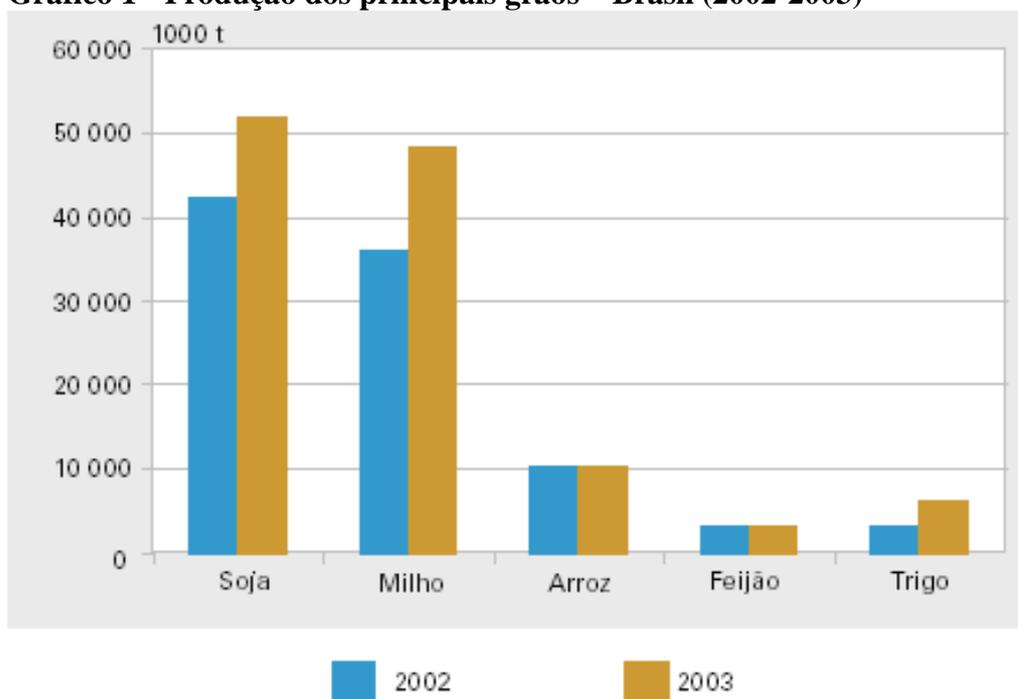
Durante a década de 90, a abertura da economia ao mercado internacional combinada com a redução da atuação intervencionista do governo, submeteu o setor agrícola a uma nova dinâmica, de onde emergiram questões associadas a grandes diferenciações regionais no que diz respeito à velocidade de incorporação e expansão do uso da terra, adoção de práticas modernas de produção e uso de assistência técnica. Nesse novo contexto o setor agropecuário brasileiro deparou-se com novos desafios: aumentar a eficiência e identificar potenciais ganhos de produtividade.

Reverendo o histórico da agricultura atual, se verifica que o ano de 2003 foi marcado pelo bom desenvolvimento agrícola dos principais grãos, proporcionado, pelos avanços tecnológicos e pelas boas condições climáticas, o que gerou significativos aumentos na produção em relação à safra passada (**Gráfico 1**). A exceção foi o arroz, que sofreu ligeira queda, motivado basicamente pela sua redução no Rio Grande do Sul, maior produtor nacional, onde houve excesso de chuvas no plantio. No caso da soja, uma das principais lavouras nacionais, que se destaca pelos grandes volumes exportados in natura, caracterizou seu crescimento da produção (23%) através do aumento de produtividade e expansão na área plantada.

O milho apresentou um aumento na produção de 34%, afastando o risco de desabastecimento que vinha ocorrendo nos últimos anos, pela diminuição da área plantada em detrimento de culturas mais rentáveis, como a soja. O principal motivo para este crescimento foi a 2ª (segunda) safra do milho, que aumentou em área plantada e obteve excelente produtividade com a boa distribuição das chuvas. Outra cultura que merece destaque é o trigo, que praticamente dobrou sua produção com um incremento de área e rendimento na ordem de 19% e 63%, respectivamente. Vale ressaltar que, na safra passada, Paraná e Rio Grande do Sul, os dois principais estados produtores, sofreram quebras consideráveis em função das adversidades climáticas.

No Brasil, o maior produtor de soja é o Mato Grosso, responsável por 24,97% da produção brasileira, seguido por Paraná (21,21%), Rio Grande do Sul (18,45%) e Goiás (12,17%). O Município de Sorriso, no Estado do Mato Grosso, município de maior produção de soja, alcançou uma produção de 1.600.380 toneladas – aumento de 8 % em relação à safra passada - o que representou 12,34% da produção estadual. Além disso, o município possui o melhor IDH-M 2000 (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do Mato Grosso.

Gráfico 1 - Produção dos principais grãos – Brasil (2002-2003)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2002-2003.

3 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

Segundo Bacha⁸, analisando a evolução do setor agrícola no Brasil no período que vai do início do século XIX até 2002, destaca-se, a cada etapa o processo de evolução, ou seja, quais foram os principais instrumentos de política econômica adotados para afetar o desempenho do setor, de forma a cumprir suas funções clássicas no processo de desenvolvimento econômico.

Dentre as principais iniciativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, destacam-se as ações na esfera do crédito rural, da sustentação dos preços ao produtor, do seguro rural, do apoio ao desenvolvimento comunitário, além da ênfase nas negociações multilaterais de comércio e na pesquisa agropecuária, dois pilares do desenvolvimento do setor primário brasileiro.

O Governo Federal para os próximos anos, quer dar continuidade ao Programa Fome Zero, cujo lastro é justamente a produção rural. O desafio maior para a agricultura é o de produzir mais comida, o que desencadeará um processo de aumento de demanda pelos mais diversos insumos: mais tecnologia, mais adubos, mais máquinas, mais defensivos, mais sementes, rações, genética animal, mais caminhões e armazéns, mais distribuição. O Fome Zero vai alavancar a geração de milhares de empregos no País, garantindo renda também aos produtores rurais, especialmente aos pequenos.

O abastecimento interno, portanto, é tarefa a ser cumprida. O Governo Federal também dá ênfase especial à expansão da atividade agrícola produtiva com intuito de gerar mais excedentes de exportação e assim melhorar o saldo de nossa balança comercial. As exportações do agronegócio têm respondido, nos últimos anos, por algo em torno de 40% do total exportado pelo País. Ao mesmo tempo, o valor das importações agrícolas tem respondido por uma participação abaixo de 10% no total importado.

3.1 O Crédito Rural

O crédito rural contribui para o aumento do volume de recursos, manutenção e até redução das taxas de juros.

A prioridade ao setor rural é inequívoca. Para a safra 2003/04, o Governo Federal viabilizou aos produtores R\$ 32,5 bilhões de crédito rural. Num momento de crédito escasso na economia, o setor rural recebeu 25,8% a mais de crédito do que o programado para a safra

2002/03. Nesse total estão computados R\$ 5,4 bilhões dos programas para a agricultura familiar, sob comando do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Mais importante do que o aumento do volume de recursos foram as decisões do Governo sobre as taxas de juros do crédito rural. As taxas controladas serão mantidas nos níveis atuais, para os empréstimos de custeio e investimento, inclusive nos programas executados com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Serão fornecidos, também, mais recursos para o Programa de Armazenagem do Governo Federal, atendendo uma infra-estrutura adequada para atender as previsões de mais um recorde na produção de grãos.

Para 2003/04, o Governo foi além e reduziu de 8,75% para 7,25% ao ano as taxas de juros do Proger Rural - Programa de Geração de Empregos e Renda.

O setor cafeeiro foi igualmente favorecido: a taxa de juros nos empréstimos para colheita e comercialização - inclusive nos montantes já contratados neste ano pelos produtores, na linha de R\$ 300 milhões do Funcafé - cairá de 13,0% para 9,5% ao ano, taxa que também será aplicada nos R\$ 200 milhões alocados para o custeio da safra 2003/04.

3.1.1 Crédito Rural no Brasil – da Origem à Institucionalização

A primeira experiência de crédito rural para o setor primário, no Brasil, aconteceu com Maurício de Nassau que, através da Companhia das Índias Ocidentais, financiava a compra de escravos, máquinas e ferramentas aos donos de engenho-de-açúcar de Pernambuco.⁹

Durante a estada da família Real no Brasil, foram criados o Banco do Brasil e a Casa da Moeda, ambos em 1808, que seriam os responsáveis por suprir o meio circulante, inclusive a agricultura.

No início da década de 30, marcada por uma grande recessão, os produtores rurais pressionam o Governo para a adoção de medidas que beneficiassem os produtos agrícolas, o que terminou por acontecer em 1933, quando foi baixada a chamada “lei de usura” – Decreto nº 22.626, de 07/05/1933 – que estabelecia taxa de juros de 6% ao ano para o crédito rural.

⁸ BACHA, Carlos José Caetano. “Economia e Política Agrícola no Brasil”. Editora Atlas – São Paulo: 2004.

⁹ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 32ª ed. 2003.

Até a década de 40, a marca da política de apoio à agricultura primava pelo crédito barato e pela forte participação do governo na oferta de recursos para financiamento institucional.

Em 1947, o Presidente Dutra envia ao Congresso Nacional um projeto de lei de reforma bancária, que, após 15 anos transitando no Legislativo, não logra êxito.

Na década de 50, o governo cria o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco da Amazônia, a nível regional, instituições de grande importância para o crédito rural, e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, hoje já extinto.

Em 1963, o Presidente João Goulart envia ao Congresso Nacional o projeto de reforma bancária que, somado às modificações do Poder Legislativo, transformou-se na Lei nº 4.595, de 31/12/1964.

Em 1965, surgiu a Lei nº 4.829, que institucionalizou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Essa Lei introduziu as seguintes determinações:

- a) Cabe ao Conselho Monetário Nacional a função de disciplinar o Crédito Rural e estabelecer as normas operativas desse crédito;
- b) Ao Banco Central do Brasil cabe dirigir, coordenar e fiscalizar o cumprimento das normas;
- c) Define como componentes do Sistema Nacional de Crédito as instituições seguintes: Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, bancos regionais de desenvolvimento, bancos estaduais, bancos privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, cooperativas e órgãos de assistência técnica e extensão rural; e
- d) Distingue diferentes formas de crédito segundo a funcionalidade e a modalidade (PINTO, 1981).

Dois outros atos normativos completam, posteriormente, esta lei. O Decreto nº 58.985, de 03/09/1965, que determina a criação do Fundo Geral para Indústria e Agricultura – FUNAGRI, e duas resoluções do Banco Central do Brasil – a 69, de 22/09/1967, e a 260, de 19/07/1973 – que atribuíam aos bancos a obrigatoriedade de aplicarem 15% de seus depósitos à vista em crédito rural.

3.1.2 Objetivos do Crédito Rural

Desde sua institucionalização, em 1965, o Crédito Rural cumpre os seguintes objetivos:

- § Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- § Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização dos produtos agropecuários;
- § Viabilizar novos recordes de produção, aumento do consumo interno de alimentos e geração de saldos ainda maiores na balança comercial dos produtos agropecuários e seus derivados;
- § Ampliar as oportunidades de inclusão econômica e social para expressiva parcela de brasileiros, por meio de mecanismos de integração ao mercado e geração de produção e emprego;
- § Participar efetivamente do Programa Fome Zero, promovendo a expansão da oferta de alimentos básicos e facilitando a sua implementação;
- § Estimular o investimento para a modernização e o aumento da eficiência produtiva em todos os segmentos de produtores e em todas as regiões do País;
- § Fortalecer o caráter estrutural da agropecuária como atividade importante para a irradiação do crescimento aos demais setores da economia e para a interiorização do desenvolvimento nacional;
- § Recomposição de estoques públicos.

3.2 Gastos públicos com agricultura

Com o propósito de facilitar a decisão de plantio dos agricultores e criar condições para uma boa distribuição temporal da oferta ao longo do período de comercialização, o Governo Federal empreende um esforço especial para oferecer um volume adequado de financiamento de capital de giro para custeio e comercialização da produção com taxas de juros acessíveis.

3.2.1. Modalidades de Crédito Rural

O crédito rural é um dos tradicionais mecanismos de apoio à agricultura. Mas cerca de 70% do capital de giro necessário ao custeio da produção vegetal e animal vêm de recursos próprios dos produtores e dos demais agentes do agronegócio (empresas de insumos, indústrias de processamento e outros mecanismos de mercado, como as Cédulas de Produto Rural – CPRs).

O Plano Agrícola e Pecuário 2003/04 amplia os recursos e tornou mais eficientes as linhas de crédito de investimento (**tabela 1, 2 e 3**) para fortalecer a qualidade e a competitividade do agronegócio, em bases ambientalmente sustentáveis. Com a participação dos Proger Rural: ação integrada dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Desenvolvimento Agrário para promover a ascensão econômica de pequenos e médios produtores.

Ministérios da Agricultura e da Fazenda, do BNDES, Banco Central e da Febraban, os programas foram redesenhados e simplificados, com o objetivo de facilitar a operação dos bancos e a tomada dos recursos pelos produtores e cooperativas.

As taxas de juros e os prazos dos programas foram mantidos nos patamares anteriormente vigentes. Os limites de crédito por operação foram elevados, em função do agrupamento dos programas.

A construção da competitividade depende de estratégias para a redução dos custos de produção e a diferenciação de produto. Em sintonia com esse conceito, os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) definiram quatro linhas prioritárias dos programas de investimento:

§ Modernização e Infra-estrutura - Investimento na formação de capital fixo e semifixo para produtores rurais, para elevação da produtividade e da eficiência econômica, por meio da redução das perdas e dos custos de produção, e de melhorias no fluxo de comercialização.

§ Recuperação de solos e pastagens - Programa de desenvolvimento sustentável aplicado à correção e conservação de solos, recuperação de pastagens degradadas e sistematização de várzeas.

§ Geração e agregação de valor nas cadeias produtivas – Investimentos fixos e semifixos em cadeias produtivas com alto poder de geração de renda e emprego, por meio dos seguintes programas.

§ Linhas de crédito para a Agricultura Familiar - apresenta-se, aqui, as principais linhas de crédito oferecidas pelo Banco do Brasil. As linhas de crédito específicas para a Agricultura Familiar são:

- ü Crédito para Custeio Agropecuário; e
- ü Crédito para Investimento Agropecuário.

Tabela 1 – Operações das Características de Recursos da FINAME

Operações das Características de Recursos da FINAME			
Linha	Itens Financiáveis	Encargos	Teto
Finame Agrícola	máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, destinados ao setor agropecuário	TJLP + Spread BNDES (1 a 5%) + Spread BB (4 a 6%)	R\$ 10 milhões (valores superiores mediante consulta previa ao Finame)
Moderfrota	tratores, e equipamentos e colheitadeiras; equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café	9,75% a.a. ou 12,75% a.a. (cfe. Porte)	R\$ 60 mil para café; sem limite para demais itens
Moderinfra	investimentos necessários à implantação; equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café	8,75% a.a.	R\$ 600 mil para empreendimento individual R\$ 1.800 mil para empreendimento coletivo
Linha Especial	equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade agropecuária, bem como para o beneficiamento e armazenagem da produção	13,95% a.a.	sem limite

Fonte: SIAGRO/Banco do Brasil

Tabela 2 – Características das Operações com Recursos do BNDES

Características das Operações com Recursos do BNDES			
Linha	Itens Financiáveis	Encargos	Teto
BNDES Automático	projetos de investimento agropecuário	TJLP + Spread BNDES (1 a 5%) + Spread BB (4 a 6%)	R\$ 10 milhões/12 meses
Moderagro	correção de solos, recuperação de áreas de pastagens cultivadas degradadas e sistematização de várzeas	8,75% a.a.	R\$ 200 mil/safra
Prodefruta	implantação e melhoramento da atividade de fruticultura; investimentos necessários ao beneficiamento da produção de frutas tropicais	8,75% a.a.	R\$ 200 mil/safra
Prodeagro	investimentos necessários ao desenvolvimento das atividades de apicultura, aquíicultura, avicultura, floricultura, ovinocaprinocultura, pecuária leiteira, sericicultura, suinocultura e ranicultura	8,75% a.a.	R\$ 150 mil/safra

Fonte: SIAGRO/Banco do Brasil

Tabela 3 – Características das Operações com Recursos do FCO

Características das Operações com Recursos do FCO	
Linha	Itens Financiáveis
FCO Desenv. Rural	despesas de investimento e custeio a projeto de investimento; empreendimentos destinados ao benefício e a transformação de matéria-prima regional "in natura", de origem agropecuária.
FCO Pronatureza	projetos de conservação e proteção ao meio ambiente de recuperação de áreas degradadas ou alteradas e de desenvolvimento de atividades sustentáveis; recuperação de área de reserva legal e APP; investimentos necessários à expansão da atividade orgânica.
FCO Convir	projetos destinados à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos conduzidos em regime de integração rural, cujo processo produtivo esteja direcionado as necessidades da unidade integradora.
Retenção de Fêmeas	investimento necessários à retenção de fêmeas bovinas na Planície Pantaneira, com idade de 12 a 36 anos
Pescart/Proáqua	Investimento necessários ao desenvolvimento das atividades de pesca e aquíicultura. OBS.: início de operacionalização previsto para este semestre.

Fonte: SIAGRO/Banco do Brasil

As fontes de recursos para o crédito rural podem ser classificadas em três grupamentos, conforme sua origem:

1. Recursos controlados (taxas controladas pelo governo):
2. Recursos não-controlados (taxas livres):
3. Fundos e Programas (principais):

Participação do Banco do Brasil no Sistema Financeiro Nacional (SFN) historicamente, o Banco do Brasil é o maior aplicador de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sendo responsável por cerca de 60% dos aportes de recursos junto ao Sistema Financeiro Nacional.

4 POLÍTICA DE PREÇOS

O conceito de preço no sentido amplo, expressa a relação de troca de um bem por outro. Em sentido mais usual e restrito, representa a proporção de dinheiro que se dá em troca de determinada mercadoria, constituindo, portanto, a expressão monetária do valor de um bem ou serviço.

Em relação a política da preços específicas ao Setor de Agronegócio, estas pode contribuir de diferentes formas como: reduzir preços, melhorar a distribuição da renda setorial, incentivar a produção, reduzir flutuações de preços e outros.

O contexto macroeconômico mais favorável ao crescimento da agricultura materializou-se já no Plano Safra 1995-1996, em que a taxa de juro do crédito rural foi fixada *a priori* em termos nominais. Um outro sinal de que a situação financeira agrícola começou a mudar positivamente após o Plano Real foi o início da renegociação da dívida agrícola, no fim de 1995. Essa renegociação, feita com base na Lei nº. 9.138, foi essencial para a retomada dos investimentos a partir de então.

Diversamente dos demais planos, entretanto, o Real conseguiu acabar com a inflação, permitindo que a agricultura se livrasse do ônus de ter que operar no ambiente macroeconômico anterior, em que arcava com compromissos financeiros atrelados à taxa geral de inflação – embora não houvesse uma forma dos preços dos produtos individuais acompanharem, necessariamente, a alta geral de preços.

O padrão de concorrência no ramo do setor do agronegócio, diz respeito a preço e qualidade. Conforme (Ferraz, 1997), o que implica é a necessidade de redução de custos unitários e melhoria na apresentação do produto ao longo das cadeias, isto é, da produção até a distribuição ao consumidor final.

A concentração no transporte de mercadorias no sistema modal rodoviário e investimentos insuficientes para expansão de transportes em níveis compatíveis com a demanda, tem resultado no incremento do chamado Custo Brasil , fazendo com que o deslocamento da mercadoria eleve os níveis de perdas, conjugadas com altos custos portuários para os produtos de exportação.

4.1 A Política de Preços Mínimos e Instrumentos de apoio à Comercialização

Com as reformas na política de preços domésticos foram feitas por meio da modificação nos instrumentos da política de garantia de preços mínimos. A idéia era desenhar um sistema que preservasse o funcionamento dos mercados e ao mesmo tempo permitisse, pelo controle de estoques governamentais, administrar a oferta, evitando escassez de produtos. O sistema adotado em 1984 previa a intervenção do governo apenas em casos específicos. Era um sistema de preços máximos e mínimos que flutuariam dentro de uma banda de preços. Caso o preço ultrapassasse o preço máximo, o governo entraria no mercado vendendo parte dos seus estoques; se ocorresse de queda de preços, o governo interferiria comprando produtos.

Quanto ao mercado internacional, quando o preço de um determinado produto subisse muito, pondo em perigo o abastecimento interno, o governo taxaria as exportações; no caso de queda muito acentuada de preços, sobre o produto incidiriam tarifas que elevariam o seu preço no mercado interno, como forma de defender o produtor brasileiro. Antes dessa reforma, o que ocorria era a intervenção direta, tanto no preço do produtor como no preço ao consumidor. Sem parâmetros para a intervenção nos preços, produtores, processadores e comerciantes ficaram à mercê de intervenções pontuais do governo, o que causava certa insegurança no mercado, principalmente no tocante ao carregamento de estoques de produtos agrícolas.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, esses instrumentos foram sendo modificados, em decorrência, principalmente, da dificuldade do governo em honrar seus compromissos financeiros, o que pôs em dúvida a credibilidade do programa. A partir de 1996, foram introduzidos o Programa de Garantia de Preço Mínimo - PGPM dois novos instrumentos: o contrato de opções e o programa de escoamento do produto. Esses instrumentos, juntamente com medidas paralelas para redução de estoques antigos em poder do governo, tornaram a PGPM mais exequível do ponto de vista financeiro, uma vez que reduziram substancialmente o seu custo.

Em grande parte, pode-se buscar a explicação para esses fatos na forma encontrada para equacionar os problemas das reformas. No caso da política de garantia de preços mínimos e especialmente no do crédito, buscou-se o maior envolvimento do setor privado. Além disso, outros elementos podem explicar o comportamento observado na agricultura brasileira, tais como:

a) o crescimento da produtividade das firmas mais capitalizadas e a evolução favorável da relação de trocas (produto/insumo) sustentam a produção agregada;

b) fatores macroeconômicos que em alguns momentos favorecem e em outros desfavorecem a agricultura, e que estão relacionados com a política cambial e se traduzem em juros muito elevados; e

c) estabilização do processo inflacionário que, juntamente com o surgimento de políticas sociais compensatórias, sustentou o crescimento da demanda doméstica do setor agrícola.

A Política de Garantia de Preços Mínimos está sendo revigorada, representando uma segurança ao produtor nos momentos de queda de preços provocada por uma grande safra ou situações adversas de mercado. Para os alimentos básicos - arroz, milho, feijão e mandioca - os preços mínimos superam os custos de produção, refletindo a intenção do Governo de estimular a sua produção.

A Aquisição do Governo Federal – AGF é um produto de aquisição pelo preço mínimo de garantia do Governo Federal. Para se beneficiar deste instrumento, o produtor deverá depositar a quantidade de produto que deseja vender ao Governo Federal em um armazém credenciado pela Conab, limpo, seco e classificado. A operação é feita por meio do Banco do Brasil, de acordo com o normativo proposto pela Conab.

A definição dos preços mínimos em período que antecede ao plantio é essencial para apoiar os produtores em sua tomada de decisão sobre os novos cultivos. É o momento, portanto, de estabelecer as bases da política governamental de apoio à comercialização dos produtos da safra que se inicia. Nesse sentido, e com o objetivo de simplificar os procedimentos, o Governo Federal, pela primeira vez, definiu os preços mínimos e as regras para a AGF nas safras das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, no sul da Bahia, do Maranhão e do Piauí (Verão 2003/04), Norte e Nordeste (Safra 2004), e para produtos regionais (2003/04), de forma conjunta, num só documento e com antecedência suficiente para o planejamento das decisões do produtor.

Destaca-se, na PGPM, a atenção redobrada aos alimentos básicos e a participação do leite na PGPM, após sua inclusão na política de preços mínimos em 2003:

Arroz: o produto mostra um quadro de oferta e demanda bastante ajustado, com redução dos estoques no Brasil e no Mercosul.

Feijão: o consumo também crescerá gradativamente, em razão dos novos programas sociais. O problema é que o Brasil vem enfrentando, há anos, um quadro de suprimento muito ajustado às necessidades de consumo.

Mandioca: devido à oferta insuficiente, os preços atuais da raiz e de seus derivados estão muito altos em todo o País.

Milho: o preço de garantia será de R\$ 13,50/sc de 60 kg nas Regiões Sul e Sudeste, no sul da Bahia, do Maranhão e do Piauí, com aumento de 42,1% em relação à safra 2002/03. O preço mínimo para Goiás, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal foi aumentado em 52,9%, para R\$ 13,00/sc, o que superará os custos de produção e se aproximará do valor definido para a Região Sudeste. Para Mato Grosso, Acre e Rondônia, o preço será de R\$ 11,00/sc, ou seja, um aumento de 46,7% em relação à safra anterior.

Leite: Recentemente, o Governo incluiu o produto na PGPM, o que possibilitou o financiamento da estocagem dos derivados de leite. Agora, haverá reajuste dos valores de referência, entre 18,8%, para as Regiões Sul e Sudeste (preço mínimo de R\$ 0,38 por litro), e 22,2% no Norte e Nordeste (R\$ 0,33 por litro). Com essa medida, amplia-se a liquidez para a comercialização da safra.

Algodão: Em face dos custos de produção, os preços mínimos do algodão foram elevados para R\$ 44,60/15 kg, no caso da pluma (+31,6%), e para R\$ 13,40/15 kg (+32,9%), no caso do produto em caroço.

Soja: A lavoura concentra o maior volume de empréstimos do setor rural. O preço mínimo, que serve de base para os empréstimos de comercialização.

Produtos Regionais: No âmbito da PGPM haverá atenção especial para os produtos regionais, com aumentos expressivos ou com a fixação de preços mínimos balizadores de mercado, o que indicará um determinado nível de renda para os produtores.

Sementes: Os preços mínimos das sementes, base para os financiamentos de foram reajustados nos mesmos níveis dos produtos correspondentes.

A Cédula de Produto Rural - CPR, criada pela Lei nº 8.929, de 22/08/94, é um instrumento legal para a venda antecipada da produção, permitindo ao produtor obter recursos visando a custear o plantio de suas lavouras. Sua criação objetivou padronizar, simplificar, desburocratizar.

Hoje, o produtor rural brasileiro tem à sua disposição um amplo elenco de instrumentos de crédito e comercialização: apoio governamental para enfrentar a complexidade do mercado.

A CPR pode ser emitida por produtores e suas associações (inclusive cooperativas), e representa uma promessa de entrega futura de determinado produto rural. É um título líquido e certo, endossável e exigível pela quantidade e qualidade do produto nele previstas. Pode também ser vendida em mercados organizados, como leilões, Bolsas etc. Para a venda em mercados organizados, ela terá de estar registrada em sistema de registro e de liquidação financeira administrado por entidade autorizada pelo Banco Central (atualmente, só a Central

de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP tem essa autorização). Nesse caso, é considerado um ativo financeiro não sujeito à incidência de impostos.

Para dinamizar e tornar mais atraentes e seguras essas operações, o Banco do Brasil e os outros bancos concedem aval aos emitentes da CPR, mediante a cobrança de comissão.

4.1.1 Outros Instrumentos de Política Agrícola

Os estoques públicos de alimentos estão zerados. Em maio, restavam nos armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab apenas 53 mil toneladas de arroz, 92 mil toneladas de milho e 12 mil toneladas de algodão.

Para evitar oscilações bruscas de preços, o País precisa dispor de estoques mínimos de segurança de, pelo menos, 3 milhões de toneladas de milho (cerca de um mês de consumo), 1,5 milhão de toneladas de arroz (45 dias de consumo), 30 mil toneladas de farinha de mandioca e 50 mil toneladas de feijão.

A recomposição dos estoques será resultante do sucesso das medidas de política ora definidas pelo Governo, e será materializada por meio de, ao mesmo tempo em que incentiva os produtos integrantes da pauta exportadora, o Governo Federal dá atenção especial aos produtos básicos: mais crédito para pequenos e médios produtores.

4.1.2 O Seguro Rural

O Seguro Rural é um dos mais importantes instrumentos de política agrícola, por permitir ao produtor proteger-se contra perdas decorrentes principalmente de fenômenos climáticos adversos.

Contudo é mais abrangente, cobrindo não só atividade agrícola, mas também a atividade pecuária, o patrimônio do produtor rural, seus produtos, o crédito para comercialização desses produtos, além do seguro de vida dos produtores.

O objetivo maior do Seguro Rural é oferecer coberturas, que ao mesmo tempo atendam ao produtor e a sua produção, à sua família, à geração de garantias a seus financiadores, investidores, parceiros de negócios, todos interessados na maior diluição possível dos riscos, pela combinação dos diversos ramos de seguro.

5 PRODUTIVIDADE DO AGRONEGÓCIO

No Brasil, apresenta-se uma grande variação nas taxas de crescimento da produtividade do setor de agronegócio. A gestão do agronegócio brasileiro tem passado por uma série de transformações decorrentes da crescente integração dos mercados, o que tem implicado preocupações com o desenvolvimento e fortalecimento de forças competitivas. Conforme (Alves, 1997), podem ser destacados alguns fatores determinantes do crescimento desse processo, como a preocupação com a qualidade, a agregação de valor, a adequação às necessidades do mercado, a globalização, os novos hábitos de consumo e a maior velocidade de circulação de informações. A nova realidade leva os agricultores/empresas de agronegócios a focarem suas preocupações na *competitividade* para além de suas unidades produtivas.

O destaque é para a soja, com uma produtividade superior à da agricultura americana. Mesmo com a esperada redução nas cotações internacionais, a soja está puxando a expansão da área plantada no país. Outras culturas, contudo, começam a experimentar forte aumento de produtividade, melhorando a renda do agricultor e seu perfil de crédito, mostrando reflexos positivos quanto ao risco.

O algodão, com sua qualidade de fibra, assegura perspectivas de expansão, atendendo à demanda interna e externa, principalmente a da China, maior consumidor do planeta, responsável por 32,75% do consumo mundial do produto.

De 1990 a 2003, a produção brasileira de grãos mais que dobrou, crescendo cerca de 111%, enquanto a área plantada apresentou um crescimento bastante inferior, cerca de 15%. Isso reflete o expressivo crescimento da produtividade, que alcançou a cifra de 83%.

O recorde alcançado em 2002/2003, foi de 123,2 milhões de toneladas de grãos, representando com isso, um incremento de 27% sobre a produção do ano anterior, numa área plantada 9,2% superior.

Os principais produtos que merecem destaque são: soja (24%), milho(19,5%, primeira safra, e 107%, segunda safra), trigo(90,5%), feijão(21%, segunda safra) e algodão(9,6%). A produção de soja alcançou 52 milhões de toneladas de grãos.

Apresentando 851 milhões de hectares de área, o Brasil é o maior país do continente Sul-Americano e o quinto maior do mundo. Apresenta condições climáticas favoráveis à atividade agrícola, esta extensão territorial permite o cultivo de produtos agrícolas de clima temperado além de expressiva produção de clima tropical, tornando o Brasil, o país que

apresenta maior potencial de ampliação de área plantada no mundo. Se compararmos com os EUA, se verifica que 19% do território americano é de área plantada (174 milhões de hectares) e 22% (199 milhões de hectares) é ocupado com passagem, enquanto o Brasil apresenta cultivo de lavouras anuais e permanentes, ocupando apenas 6,7% do território nacional (57 milhões de hectares), enquanto 25,8% é ocupado com pastagens (cerca de 220 milhões de hectares).

O potencial da agricultura brasileira baseia-se fortemente na expansão da fronteira agrícola, além do baixo custo de produção refletido nos elevados ganhos de produtividade. O Ministério da Agricultura estima que a área disponível para plantio seja de 90 milhões de hectares. Por este aspecto, as estimativas indicam que cerca de 140 milhões de hectares são potencialmente expandidos para a agricultura do Brasil. Com base na expansão dessa fronteira agrícola, pode ser demonstrada a produção de soja impulsionada pelo crescimento de cultivo de área das regiões Centro-Oeste e Nordeste. No Centro-Oeste, por exemplo, os efeitos em função principalmente da soja, produziu efeitos muito notáveis, porém, é a emergência de uma nova classe média nessa região do país.

Para o professor Antonio Carlos Félix, coordenador no Núcleo de Apoio à Competitividade e Sustentabilidade da Agricultura da Universidade de Brasília, vem chamando de novo rural. “Há um efeito multiplicador no processo de crescimento do agronegócio”, diz Félix. “Ele movimenta a economia, gera empregos e acaba atraindo para a região gente que busca não só qualidade de vida. O Agronegócio gerou uma nova classe média em torno de cidades que antes dependiam dos grandes centros para tudo.”

O maior reflexo desse fenômeno é o aumento - bem acima da média nacional - do consumo de bens duráveis, entre eles automóveis e aparelhos eletrônicos.

Quanto a força do setor pecuário, o Rio grande do Sul, o pampa, que é uma vasta área de planície ondulada que recobre a metade do Rio Grande, transformou-se, ao longo dos anos, num pólo gerador de riquezas. A atividade tradicional, a pecuária, ajudou a viabilizar o próprio Estado do Rio Grande do Sul. O certificado que regula a sanidade animal, trouxe novas perspectivas para as exportações de carne bovina brasileira, principalmente bovina e suína, que agora pode entrar em mercados exigentes em controle de qualidade e sanidade.

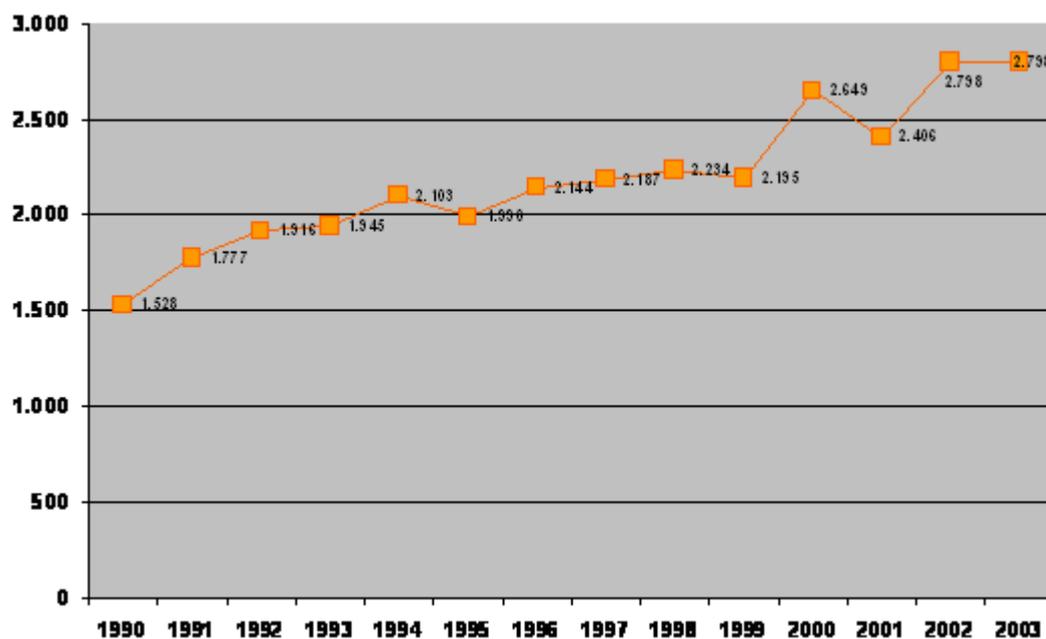
Hoje, a solução é a tecnologia aplicada à produção de carne de qualidade onde o clima subtropical e as pastagens naturais, são imbatíveis.

O Rio Grande do Sul, conta com uma diversidade natural, onde ocorre uma redução da idade de abate e pode contar com a qualidade da carne, valorizada pela integração

produtor/indústria/comércio/consumidor e ainda pela alta repetição de prenhez. Os pecuaristas gaúchos ganharam competitividade sobre os concorrentes.

Os suinocultores e as indústrias de transformação da carne de porco catarinenses, respondem por 30% da produção e 80% das exportações nacional, e a 0,6% da produção mundial. Além disso, geram cerca de 75 mil empregos diretos e 180 indiretos.

Gráfico 2 – Produtividade (kg/hectare)



Fonte: IBGE/CONAB

TABELA 4 – Agropecuária no Brasil: Potencial Produtivo – Safra 2003/04

Produtos	SAFRA			POTENCIAL		
	Produção (milhões t)	Área (milhões ha)	Produtividade (t/ha)	Produção (milhões t)	Área (milhões ha)	Produtividade (t/ha)
Soja	58,8	20,9	2,8	80,5	23,0	3,5
Milho	45,4	13,0	3,5	165,9	23,7	7,0
Arroz	11,8	3,4	3,5	26,4	6,6	4,0
Feijão	3,4	4,4	0,8	6,0	4,0	1,5
Algodão	1,8	1,0	3,1	5,2	1,5	3,5
Trigo	5,6	2,5	2,3	8,0	3,5	2,3
Demais	4,8	1,5	2,8	3,2	2,7	1,2
Grãos Total	129,7	46,6	2,8	290,1	65,0	4,5

Fonte: AGRIANUAL, PENSA, MAPA, CONAB, IBGE.

6 IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO NA ECONOMIA BRASILEIRA

6.1 Agronegócio Brasileiro: Uma Oportunidade de Investimentos

Denomina-se agronegócio ou complexo agroindustrial o conjunto de atividades realizadas pela agropecuária e pelos setores a ela vinculados. É, portanto, o conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e à transformação de produtos agropecuários.

Na literatura, o Complexo Agroindustrial (CAI), agribusiness ou agronegócio é entendido como "a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles". (Davis & Goldberg, 1957).

O agronegócio vem mostrando a sua importância para o país, proporcionando cada vez mais empregos, renda, divisas e desenvolvimento ao interior do País, aonde vem melhorando em qualidade de vida e a população voltou a prestigiar os campos e a respeitar o meio rural.

Pode-se dizer também que o agronegócio vem se transformando na escola de negócios internacionais, abrindo novos mercados e novos relacionamentos para todas as empresas brasileiras, inclusive de outros segmentos, como de prestação de serviços e até de finanças.

Graças às safras recordes, o Brasil atraiu grandes empresas internacionais que contribuíram na melhoria da qualidade produtiva da agroindústria, via competitividade, até aos padrões internacionais. Prevê-se que várias empresas ainda estão por vir e prospectam fusões e acordos com empresas nacionais.

A produção brasileira de grãos vem batendo sucessivos recordes graças ao incremento das produtividades médias obtidas, sendo que as áreas plantadas evoluíram proporcionalmente menos. Na safra 2004/2005, a produção pode ficar entre 130 e 135 milhões de toneladas de grãos.

O agronegócio brasileiro é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. É o setor mais importante da nossa economia na atualidade.

Tabela 5 – Evolução do Agronegócio

Br: Evolução do Agronegócio - R\$ milhão						
Ano	Antes da porteira	Dentro da porteira	Depois da porteira	Total	PIB	
1994	19.411	118.201	281.193	418.805	1.375.458	
1998	19.731	122.002	280.990	422.735	1.521.816	
2003	33.499	158.197	316.678	508.374	1.649.603	

Br: Evolução do Agronegócio - %						
Ano	Antes da porteira	Dentro da porteira	Depois da porteira	Total	PIB	
1994-1998	1,65	3,22	0,99	0,94	10,64	
1998-2003	69,78	29,67	12,70	20,26	8,4	
1994-2003	72,58	33,84	12,62	21,39	19,93	

Fonte: CNA

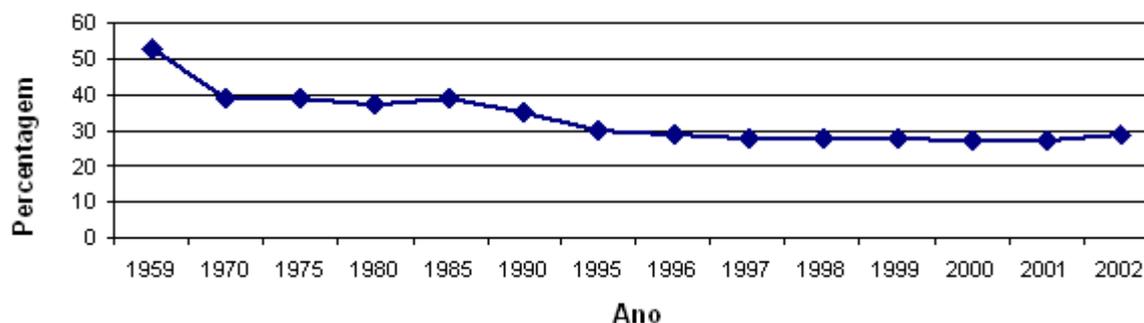
6.2 Exportações do Agronegócio

Em 2003, o saldo positivo das exportações deveu-se ao crescimento das vendas em todos os grupos de produtos do agronegócio, associado à melhora dos preços internacionais de importantes commodities da pauta de exportação brasileira e à abertura de novos mercados. O complexo de soja fortaleceu sua liderança, respondendo por 26,5% das exportações totais do agronegócio, seguido pelos setores de carnes e produtos florestais, cujas participações, foram de 13,3% e 16%, respectivamente. Outros produtos que mantiveram sua importância na pauta das exportações foram: café, açúcar, couros e seus produtos, tabaco, suco de laranja e pescados.

Um forte potencial exportador foi apresentado também pelos produtos como: frutas frescas, castanhas, algodão, milho e cacau.

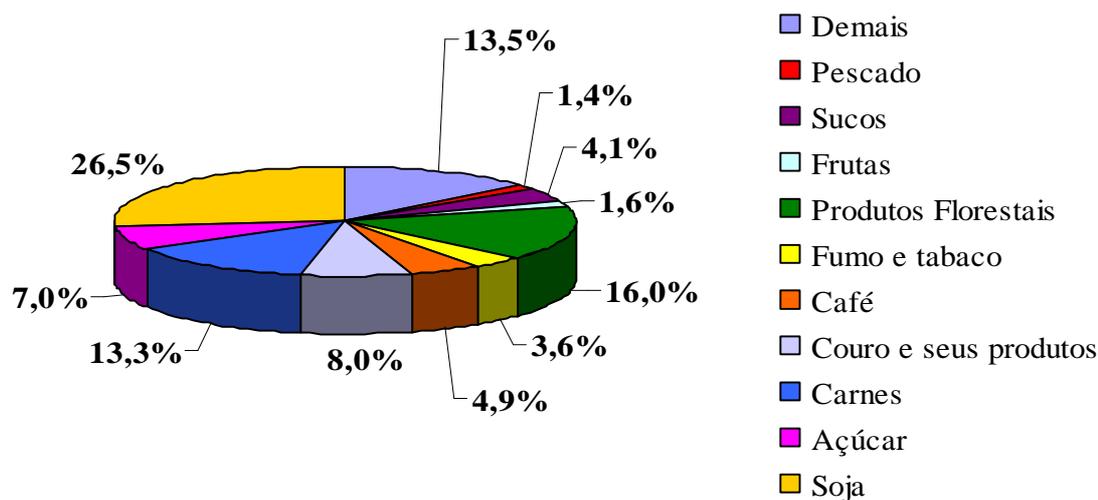
O **gráfico 3** demonstra a participação dos principais produtos nas exportações do agronegócio em 2003 (%)

Gráfico 3 - Participação do agronegócio no PIB brasileiro – 1959-2002



Fonte: Montoya e Guilhoto (1999), Furtoso e Guilhoto (2001) e CEPEA.

Gráfico 4 – Participação dos Principais Produtos nas Exportações do Agronegócio em 2003 (%)

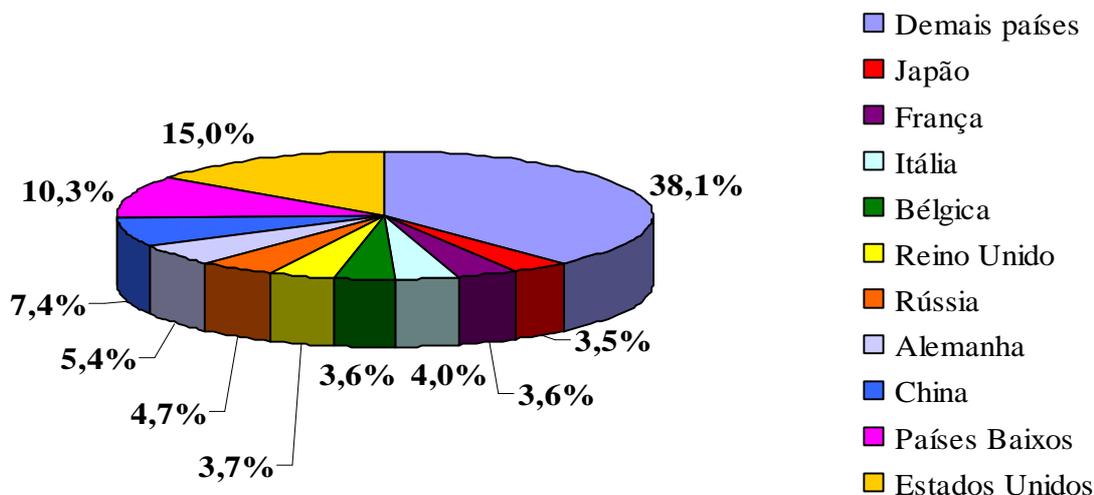


Fonte: Elaborado por SPC/MAPA com informações da SECEX/MDIC.

6.2.1 Exportações por Países de Destino

As exportações têm-se diversificado não apenas em termos de produtos, mas também de mercados de destino. O número de destinos aumentou de 162 países, em 1990, para 209, em 2003. Ao longo da década de 90, a distribuição geográfica vem mudando com a crescente importância de novos mercados da Ásia, Oriente Médio, Europa Oriental e África, reduzindo as participações da União Européia e, em menor medida, do Nafta. Em 2003, os dez principais países de destino das exportações do agronegócio foram Estados Unidos, Países Baixos, China, Alemanha, Rússia, Itália, Reino Unido, França, Bélgica e Japão.

Gráfico 5 – Participação dos principais países de destino as exportações brasileiras em 2003 (%)

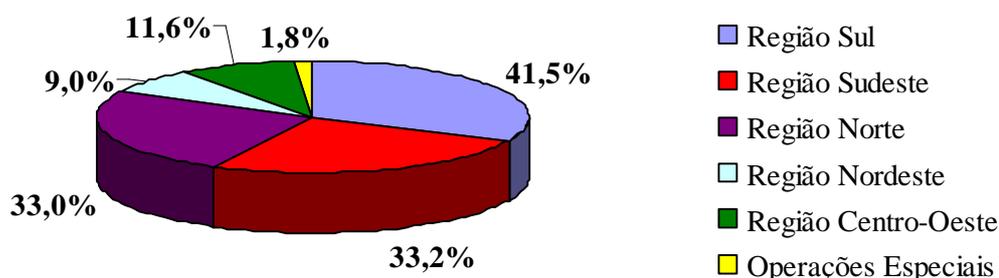


Fonte: Elaborado por SPC/MAPA com informações da SECEX/MDIC

6.2.2 Participação das Regiões e Estados Exportadores

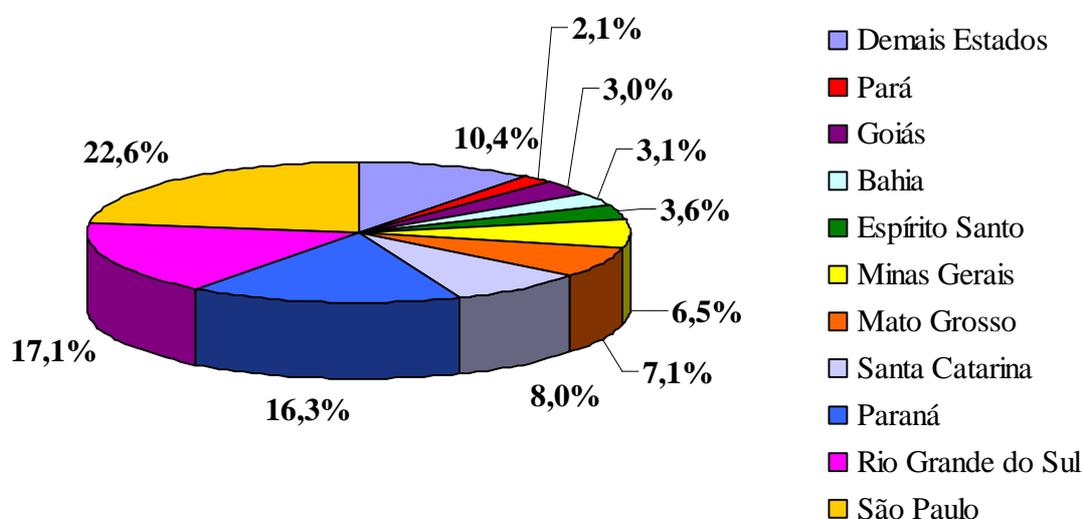
A região Sul foi responsável por 41,5% das exportações do agronegócio em 2003. O Sudeste é a segunda maior região exportadora, com 33,2% do total. A região Centro-Oeste responde por 11,62%, mantendo a terceira posição, assumida desde 2000 como resultados do amplo crescimento das exportações de soja e de carnes, o que reflete o dinamismo exportador dos estados de Mato Grosso e Goiás. O Nordeste é o quarto maior exportador, com 9%. A região Norte posiciona-se em quinto lugar, com 2,97% das exportações do agronegócio. As regiões Centro-Oeste e Nordeste foram as únicas a apresentar aumento de participação em 2003, devido ao crescimento das exportações de 34% e 27%, respectivamente. Ambas as taxas ficaram acima da verificada pelas exportações totais do agronegócio, de 23%.

Gráfico 6 – Participação das regiões brasileiras nas exportações do agronegócio (%)



Fonte: Elaborado por SPC/MAPA com informações da SECEX/MDIC

Gráfico 7 – Participação dos estados brasileiros nas exportações do agronegócio (%)



Fonte: Elaborado por SPC/MAPA com informações da SECEX/MDIC

O enfoque do agronegócio é essencial para retratar as profundas transformações verificadas na agricultura brasileira, nas últimas décadas, período no qual o setor primário deixou de ser um mero provedor de alimentos in-natura e consumidor de seus próprios produtos, para ser uma atividade, integrada aos setores industriais e de serviços.

Moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável, ou seja, a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país.

Em 2003, enquanto a economia brasileira encolheu 0,2%, o agronegócio cresceu 5% movimentando R\$ 458 bilhões. O Brasil é o maior produtor mundial de café, açúcar e suco de laranja, e o segundo mais importante produtor de soja, frango e carne bovina.

Ainda em 2003, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$ 36 bilhões, com superávit de US\$ 25,8 bilhões.

Nos últimos anos, poucos países tiveram um crescimento tão expressivo no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. Os números comprovam: em 1993, as exportações do setor eram de US\$ 15,94 bilhões, com um superávit de US\$ 11,7 bilhões. Em dez anos, o país dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial. Esses resultados levaram a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) a prever que o país será o maior produtor mundial de alimentos na próxima década.

O Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. Como dito anteriormente, é o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lidera o ranking das vendas externas de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro.

As projeções indicam que o país também será, em pouco tempo, o principal pólo mundial de produção de algodão e biocombustíveis, feitos a partir de cana-de-açúcar e óleos vegetais. Milho, arroz, frutas frescas, cacau, castanhas e nozes, além de suínos e pescados, são destaques no agronegócio brasileiro, que emprega atualmente 17,7 milhões de trabalhadores somente no campo.

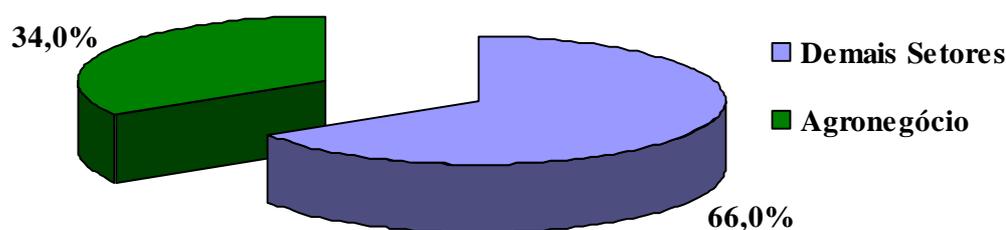
Estimativas calculadas, atualmente, pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (CEPEA/USP), o PIB do Agronegócio alcançou R\$ 508,27 bilhões. Considerando que o PIB nominal do Brasil atingiu R\$ 1,514 trilhão, a participação do agronegócio no PIB total alcançou 34%, em 2003.

6.3 O Comércio Internacional e a Importância do Agronegócio para a Balança Comercial Brasileira

Em relação à Importância do Agronegócio para a Balança Comercial Brasileira, é fundamental destacar as negociações com a UE que atualmente é o principal investidor estrangeiro no Brasil. Só no ano passado foram cerca de US\$ 5 bilhões, fluxo que deverá aumentar se o acordo birregional fixar condições regulatórias mais transparentes e estáveis

para os investidores. Além disso, diversos segmentos da economia, como o agronegócio, são hoje demandantes de pesados investimentos que permitam reduzir os gargalos de transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário, armazenagem, serviços portuários, energia e comunicações do Brasil.

Gráfico 8 – Participação do agronegócio no PIB em 2003(%)



Fonte: CEPEA/IBGE

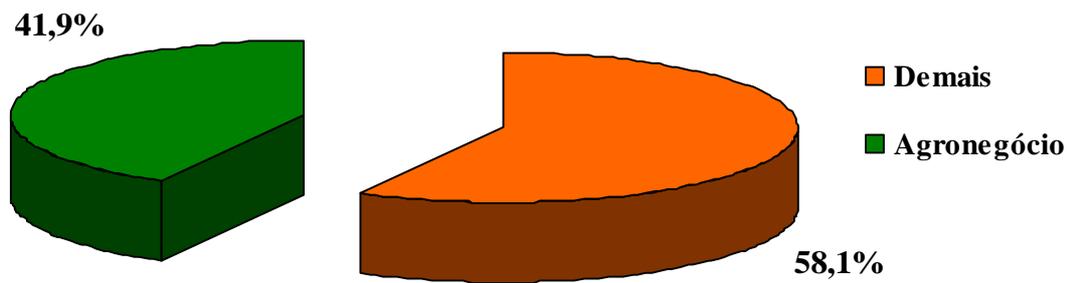
O comércio exterior do agronegócio no Brasil obteve grande êxito em 2003, cujas exportações do setor cresceram 23%, alcançando o recorde de US\$ 30,6 bilhões. Este crescimento manteve a tendência dos anos 90 e ainda aumentou a sua importância na balança comercial brasileira. As exportações do agronegócio do país elevaram-se para 41,9% (1993).

As importações cresceram 6,6% totalizando US\$ 4,7 bilhões, o que correspondeu a 9,9% das importações brasileiras.

Em 2003, o superávit do Agronegócio atingiu US\$ 25,8 bilhões, US\$5,5 bilhões a mais do que no ano de 2002. Sua importância deve ao fato de ter contribuído para totalidade do superávit total do país, que foi de US\$ 24 bilhões, uma vez que os demais setores apresentaram déficit de US\$1 bilhão.

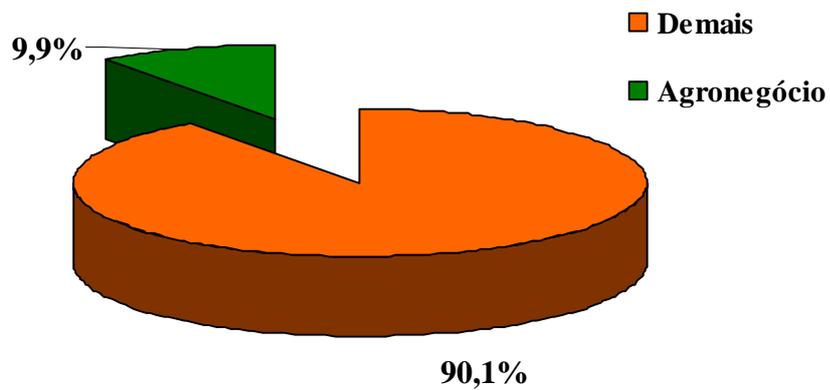
A seguir, transcrevem-se os gráficos que representam a participação do agronegócio brasileiro em exportação e importação, respectivamente:

Gráfico 9 – Participação do agronegócio no total das exportações em 2003 (%)



Fonte: Elaborado por SPC/MAPA com informações da SECEX/MDIC

Gráfico 10 - Participação do Agronegócio no total das importações em 2003 (%)



Fonte: Elaborado por SPC/MAPA com informações da SECEX/MDIC

7 PESQUISA AGROPECUÁRIA E TECNOLOGIA

O conhecimento e tecnologia são instrumentos imprescindíveis ao crescimento sustentável do agronegócio do Brasil. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem papel fundamental no desenvolvimento de pesquisas e na produção de novas técnicas agrícolas e pecuárias, além de contribuir com a agroindústria.

Reconhecida como uma das grandes responsáveis pelo aumento da produção brasileira de grãos, que atingiu 9,5% em 2003, a Embrapa lidera o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA). Essa rede engloba, além das unidades de pesquisa e desenvolvimento da empresa, centros de pesquisa agropecuária estaduais, algumas universidades brasileiras e outras instituições privadas. Também fazem parte do sistema os Laboratórios Virtuais no Exterior (Labex) da Embrapa, implantados atualmente nos Estados Unidos e na Europa (França).

Estudos de simulação feitos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) demonstraram que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento podem elevar a produção de grãos no Brasil a 295 milhões de toneladas com a utilização da tecnologia já disponível, hoje usada apenas por uma parte dos produtores brasileiros. De acordo com especialistas da área, a Embrapa desenvolve 52% dos projetos em agricultura no Brasil. Governos estaduais contribuem com 20%. Universidades, com 21%.

As variedades de sementes desenvolvidas pela Embrapa representaram 77% das variedades de arroz oferecidas no Brasil entre 1976 e 1999; 30% do feijão; e 37% da soja. Entre os materiais desenvolvidos pela empresa até 2004 são contabilizadas 91 variedades de arroz, 36 de feijão, 68 de milho, 87 de trigo, 37 de algodão e 210 variedades de soja.

O imenso potencial do agronegócio brasileiro, aliado à capacidade instalada de suas instituições e à reconhecida criatividade de seus pesquisadores, abrem enormes possibilidades de investimentos externos e privados em pesquisa e desenvolvimento no país. Cosméticos, nutracêuticos, uso da biotecnologia para desenvolvimento de raças e variedades resistentes à parasitas, doenças, pragas, estresse hídrico e secas prolongadas, juntamente com informática agropecuária e agricultura de precisão, são algumas das áreas que apresentam as melhores oportunidades de investimento por intermédio de parceria público-privado para a geração de conhecimento técnico-científico.

8 DEMAIS ASSUNTOS RELACIONADOS AO AGRONEGÓCIO

8.1 Incentivo à Produção de Alimentos Básicos

Desde o segundo semestre de 2002, os índices de preços ao consumidor indicam uma pressão dos itens da alimentação, reflexo do aperto do abastecimento, em especial dos alimentos básicos. Já as transferências de renda para as classes mais pobres, promovidas pelos programas sociais, criaram uma demanda adicional dos produtos essenciais da cesta de consumo.

Sem qualquer discriminação ou desatenção com os produtos importantes da pauta exportadora do agronegócio – fonte permanente e importante de emprego e renda –, é essencial que o Governo Federal estimule a produção dos alimentos básicos.

8.2 Agricultura Orgânica

O aumento crescente da demanda por produtos livres de agrotóxicos tem impulsionado a agricultura orgânica no Brasil. Sistema de manejo sustentável que dispensa o uso de agrotóxicos sintéticos, esse sistema agrícola privilegia a preservação ambiental, a biodiversidade, os ciclos biológicos e a qualidade de vida do homem. Com uma área plantada de 842 mil de hectares, o setor movimentou cerca de US\$ 1 bilhão em 2003. O país tem 19 mil propriedades orgânicas certificadas e 174 processadoras espalhadas em diversas regiões.

A agricultura orgânica brasileira cresce a uma taxa anual de 20% e já tem grande participação no mercado interno e, em breve, deve ampliar sua presença no mercado internacional. A crescente demanda por produtos orgânicos está fortemente relacionada ao aumento da exigência dos consumidores, internos e externos, com a qualidade dos alimentos e com os impactos da agricultura sobre o meio ambiente. A expansão da agricultura orgânica também pode ser atribuída ao desenvolvimento de um mercado mais justo para produtores e consumidores, que é altamente gerador de empregos.

8.3 Conflitos de terras no Brasil

A luta pela terra no Brasil não é um problema recente. À época das Capitanias Hereditárias e sua divisão em Sesmarias, o sistema feudal vigente nas metrópoles motivou conflitos por um pedaço de chão. Esse fator, ao longo do tempo, tem prejudicado o país,

impedindo que exerça sua plena vocação agrícola, pois dificulta o avanço no desenvolvimento da produção.

O problema existe e é considerado grave, pois está ligado à garantia constitucional do direito de propriedade, relacionado ao mercado, aos investimentos estrangeiros e, de forma contundente, preocupa os agricultores brasileiros de modo geral. Esses confrontos advêm de um sentido patrimonial, pois de um lado estão os fazendeiros procurando preservar a posse e, de outro, os excluídos lutando pelo acesso a terra.

Conforme preceitua o Presidente do Brasil, Lula afirma que “tem convicção de que o Brasil precisa fazer uma reforma agrária com a qual estamos todos de acordo, mas dentro do império da lei.”

Em 1960, a modernização da agricultura iniciou-se com a internalização e utilização de insumos modernos, a exemplo dos fertilizantes e agroquímicos, além da intensificação do uso e maquinários que substituíram a mão-de-obra futuramente absorvida na expansão urbano-industrial. Além disso, essas transformações culminaram na adoção de políticas de crédito subsidiado, bem como por pesquisa pública para a criação de variedade e cultivares que resultassem num novo sistema tecnológico. Nos anos 80, eliminaram-se os subsídios de crédito, mas não impediu o crescimento das lavouras nas décadas seguintes.

Atualmente, o acirramento dos conflitos reflete uma crise estrutural da economia e da sociedade, cuja solução vem sendo postergada, sem exageros, desde o descobrimento. Esse problema surgiu no Brasil colônia, ampliou-se no Brasil império e vem se aprofundando no Brasil república.

Tabela 6 - Números da Reforma Agrária

Ano	Conflitos de terra	Média de conflitos p/ ano	Assassinatos	Média Assassinatos p/ ano	Gastos com obtenção de terras (R\$ milhões)	Gasto médio p/ ano (R\$ milhões)	Famílias assentadas	Média Famílias assentadas p/ ano
1995	440	-	39	-	2.149	-	30,7	-
1996	653	-	6	-	1.236	-	41,7	-
1997	658	-	29	-	1.939	-	66,8	-
1998	751	-	38	-	1.548	-	98,7	-
1º mandat o FHC	2.502	625	152	38	6.872	1.718	238	59,5
1999	870	-	27	-	938	-	99,2	-
2000	556	-	20	-	406	-	69,9	-
2001	681	-	29	-	33	-	73,7	-

2002	743	-	43	-	379	-	43,4	-
2º mandat o FHC	2.850	712	119	30	2.054	513,5	286,3	71,5
Total FHC	5.352	669	271	34	8.926	1.115	524,3	65,5
2003	1.335	-	71	-	400	-	36,3	-
2004	1.398	-	37	-	948	-	81,2	-
Total Lula	2.733	1.366	108	54	1.348	674	117,5	58,7

Fonte: Editoria de Arte/CB

8.4 Subsídios

Além do crescimento da produção, da produtividade e das exportações, o agronegócio apoiou o País em importantes conquistas na área da política externa: vencemos os painéis da Organização Mundial de Comércio (OMC) contra os subsídios americanos ao algodão e europeus ao açúcar e consolidamos o G-20, grupo de países em desenvolvimento liderado pelo Brasil que estabeleceu uma nova dinâmica nas negociações multilaterais da Rodada de Doha. (Catar).

8.4.1 Subsídios agrícolas dos países ricos prejudicam países pobres

A última reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) não chegou a um consenso algum entre os países membros, mas estabeleceu uma nova relação entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento - até então passivos às regras estabelecidas pelas grandes potências. Liderado pelo Brasil, Índia e China, o chamado G-20+, grupo de países emergentes e em desenvolvimento, foi criado durante a reunião de Cancun, no México, de 8 a 14 de setembro deste ano, como um basta à tímida participação que esses países vinham tendo nas negociações comerciais internacionais.

Convencidos de que o melhor acesso ao comércio internacional é uma das formas mais eficazes de diminuir a pobreza, os países do G-20+, que representam metade da população mundial, recusaram-se a aceitar os termos do documento proposto. No documento, o enfoque não foi dado às questões agrícolas - como queria o G-20+ - mas sim a pontos ligados à desburocratização alfandegária, investimentos estrangeiros e compras governamentais. A eliminação do apoio doméstico, a redução dos subsídios à exportação e a

derrubada das tarifas de importação estavam entre as medidas prioritárias para a agricultura pedidas pelo G-20+, em documento que foi levado à reunião. Em função da necessidade de comum acordo entre os membros da Organização para que as propostas sejam aprovadas, ambos os documentos levados à Cancun foram rejeitados.

A história de desacordos na OMC, hoje com 148 países membros, remete a 1995, quando foi criada com o objetivo de estabelecer regras para o comércio internacional. Já naquela época, os países pobres demandaram a incorporação do setor agrícola. Entre as bases de negociação estavam o acesso aos mercados, a competição das exportações e o apoio aos mercados internos, que constam no Acordo sobre Agricultura (AsA) iniciado durante a chamada Rodada de Uruguai (1986-1994). Entre as metas do acordo estavam a abertura dos mercados, a redução ou fim do protecionismo e dos subsídios sobre produtos agrícolas e a redução das tarifas sobre produtos agrícolas de importação e exportação. Em 2001, na Rodada de Doha, no Catar, os subsídios agrícolas passaram a ser o centro das negociações, muito embora os países pobres já tivessem alertado para a insuficiência dos acordos estabelecidos no Uruguai.

De lá para cá, houve a redução de tarifas de alguns produtos e a perpetuação de condições que privilegiam o controle do mercado agrícola de gigantes como a União Européia e Estados Unidos, em detrimento dos países menos favorecidos. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), 70% da população de países em desenvolvimento depende desse setor como fonte de subsistência e 26% do produto interno bruto destes é gerado a partir do campo. Em contrapartida, os países ricos, empregam apenas 5% da força de trabalho no setor agrícola, que contribui com cerca de 2% do PIB.

Tabela 7 – Relação entre Países desenvolvidos e em desenvolvimento (incluindo os menos desenvolvidos)

Parâmetros	Países desenvolvidos	Países em desenvolvimento (Incluindo os menos desenvolvidos)
Natureza do sistema de agricultura	Comercial/dirigido à exportação	Subsistência
Parcela no PIB	3%	26%
População envolvida na agricultura	4%	70%
Dirigido ao mercado	Forte	Fraca
Capacidade Administrativa	Alta	Baixa

Fonte: Adaptado do relatório "*The WHO Agreement on Agriculture*", da ONG ActionAid.

Os governos ricos pagam, para os agricultores, a diferença entre os custos de produção e o valor dos produtos agrícolas no mercado internacional. Há casos em que o custo de produção nesses países chega a ser superior ao valor pago pelos produtos no mercado internacional. Essa prática força uma queda internacional dos preços, o que diminui a competitividade dos países em desenvolvimento e, eventualmente, mina a própria produção destinada ao mercado interno desses países, já que os produtores locais ficam incapazes de competir com produtos importados tão baratos. Para se ter uma idéia, os subsídios concedidos pela União Européia reduzem o custo de produção do trigo em 30 ou 35% e do açúcar de 60 a 75%, e, nos Estados Unidos, o milho tem redução de 5% ou até 35% e o algodão de 15 a 20%.

9 TESTE DAS HIPÓTESES

Hipótese 01: Este trabalho atingiu seu objetivo ao concluir que a primeira hipótese é aceita em função da demonstração de dados estatísticos e informativos, provando que a **produtividade** e lucratividade podem ser melhoradas com **políticas agrícolas** bem direcionadas. A análise da produtividade total dos fatores mostra também que a tecnologia tem função decisiva no sucesso do agronegócio.

Como conclusão principal, as evidências mostram que houve mudanças acentuadas na forma de condução do gasto público com o agronegócio agricultura. Em algumas áreas, como abastecimento, que representa um dos principais programas, os resultados mostram que os instrumentos criados pelo governo nos quais tem a participação da iniciativa privada, tem obtido grandes resultados.

O Brasil está na vanguarda do agronegócio não só pela eficiência empresarial do segmento produtor e das vantagens competitivas naturais, mas também pela oferta adequada de crédito, com destaque para o Banco do Brasil, que lidera o setor com ampliação de recursos de aproximadamente R\$ 31 bilhões.

Para a safra 2003/04, o Governo Federal viabilizou aos produtores R\$ 32,5 bilhões de crédito rural. Nesse total estão computados R\$ 5,4 bilhões dos programas para a agricultura familiar, sob comando do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O crédito rural contribui para o aumento do volume de recursos, manutenção e até redução das taxas de juros.

Hipótese 02: Quanto à segunda hipótese, também aceita, foi demonstrado através de dados teóricos e estatísticos que o Agronegócio tem fundamental importância para a elevação do PIB Nacional e conseqüente contribuição para a balança comercial brasileira.

Pode-se observar que em 2003 a economia encolheu 0,2%, enquanto o PIB brasileiro agrícola aumentou 5,0 %.

Em 2004, O agronegócio brasileiro foi responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. É o setor mais importante da nossa economia na atualidade.

Como foi visto anteriormente alto peso dos produtos de origem agrícola (básicos, semi-elaborados e industrializados) na pauta de exportações e a contribuição para o controle da inflação são exemplos da importância do agronegócio para o desenvolvimento da economia brasileira.

10 CONCLUSÃO

O agronegócio é essencial para retratar as profundas transformações verificadas na agricultura brasileira. Nas últimas décadas, o setor deixou de ser um mero provedor de alimentos in-natura e consumidor de seus próprios produtos, para ser uma atividade, integrada aos setores industriais e de serviços. Hoje, os principais insumos da agropecuária, tais como fertilizantes, defensivos, rações, combustíveis e outros, e a maquinaria utilizada (tratores, colheitadeiras e outros equipamentos), são predominantemente provenientes de setores industriais, especializados em produtos para a agropecuária.

De certa forma o agronegócio tem se transformado na escola de negócios internacionais, abrindo novos mercados e relacionamentos para muitas empresas brasileiras, até mesmo de outros segmentos, como de prestação de serviços e de finanças.

O agronegócio é claramente um caso de sucesso do país. Sua competitividade internacional é patente em muitas culturas; a produtividade da agropecuária avança, revelada pelo aumento da produção. Desbrava-se a fronteira agrícola, dando perspectiva às regiões de cerrado do Centro-Oeste, e alcançando a área do meio-norte.

Grandes empresas internacionais que contribuíram na melhoria da qualidade produtiva da agroindústria, via competitividade, foram atraídas para o Brasil investindo em agronegócio.

Embora se tenha caminhado na direção do aperfeiçoamento da política do Crédito Rural, muito há ainda por fazer. Apesar da importância de se priorizar programas como o PRONAF, há expressiva proporção de agricultores que não têm sido atendidos nem por esse mecanismo nem pelos mecanismos de mercado. Espera-se que, com o aprimoramento do modelo de financiamento da agricultura, uma parcela maior possa ser incorporada ao sistema de financiamento.

O agronegócio revela sua importância para o Brasil, ao proporcionar cada vez mais empregos, renda, divisas e desenvolvimento ao interior do País, melhorando a qualidade de vida da população que voltou a prestigiar e respeitar o meio rural.

11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROVISION-DF, AGROCONSULT-SC E ICONE-SP Segmento Fornecedor Agrícola - 2A VERSÃO EM 11/2003 - 11/2003 87 Climaco César de Souza – Autor - Fonte: FIPE-SP com base nos censos.

AGRONEGÓCIOS - DIAGNÓSTICOS E TENDÊNCIAS – LIVRO nº. 01: O livro 01 - Clímaco César de Souza – Autor - Fonte: FIPE-SP com base nos censos.

ALVES, Alexandre Florindo. **Contribuição da agricultura ao crescimento econômico: o excedente financeiro de 1980 a 1998.** – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, USP. Piracicaba, 2000.

ALVES, Ubirajara; ORICOLLI, Sílvio. **VeZ do Campo.** Revista Gazeta Mercantil, Ano VI, nº. 6 , Agosto/1999.

ARAÚJO, Ricardo Rios. **O Efeito do FCO Rural no Desenvolvimento Econômico do Centro-Oeste.** 2003. 132 p. Dissertação. (Graduação em Economia em Economia). Faculdade de Economia, Centro Universitário de Brasília, Brasília –Distrito Federal.

ARAÚJO, P. F. C. Almeida, A. **Financiamento da agricultura no Brasil: da crise ao crédito barato à perspectiva de um novo modelo.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA. Anais. Viçosa: UFV, 1996.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil.** São Paulo: Editora Atlas, 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Manual de Crédito Rural. Brasília, 1987-2004. 3 volumes.

BARROS, A.L.M. **Capital, Produtividade e Crescimento da Agricultura: o Brasil de 1970 a 1995.** Piracicaba: Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” USP, 1999.

BARROS, Henrique de. **Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola.** Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.

BEZERRA, José Augusto. **Pecuária-Exemplo Gaúcho.** Revista Globo Rural, Ano12, nº. 155, Setembro/1998.

BRASIL, Secretaria de Produção e Comercialização. **Desempenho do Comércio Exterior.** - Brasília: MAPA/SPC, 2004.

CAMPOS, Roberto. **A esquina da irracionalidade**. *Veja*, São Paulo: Abril, v. 31, 2004.

CARVALHO, Rosemeiry Melo. **Três ensaios sobre produtividade agrícola**. 2003. 132 p. Dissertação. (Pós-Graduação em Economia Doutorado em Economia). Faculdade de Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CERQUEIRA, Ruy. **Produtividade da Soja na Região Centro-Oeste**. 2004. 46 p. Monografia. (Bacharelado em Ciências Econômicas). Faculdade de Economia, Centro Universitário de Brasília, Brasília.

CORRÊA, Marcos Sá. **Amazônia - Um Tesouro Ameaçado**. *Revista Veja*, Ano 30, nº. 51, Setembro/1997.

DIEHL, Robert. **“Agricultura Geral”**. Lisboa: Clássica Editora, 1984.

SPOLADOR, Humberto Francisco Silva. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura**. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Agricultura.

FACCIOLI, Cezar. **Nossa Gente**. *Revista bb.com.Você*, Ano 5, nº. 28, Set/Out 2004.

FCO- Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. Programação 2004. A provada pela Resolução CONDEL/FCO nº. 205, de 15.12.2003.

FLOSS, Elmar Luiz. *Revista Panorama Rural*, Setembro de 2004 .

GIANSANTI, Roberto. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

GODOY, José Luiz de. **A luta pela terra continua** – *Revista Rural*, Ano VIII, nº. 77, Junho/2004.

GODOY, José Luiz de. **Encarte Especial**. *Revista Rural*, Ano VIII, nº. 77, Junho/2004.

GOMES, João Paulo. **O Ataque do Burocrassauero**. *Revista Exame*, Ano 38, nº. 17, Setembro/2004.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GUSMÃO, Marcos. **A Força do Campo- Crédito Impulsiona o Agronegócio Brasileiro.** Revista bb.com.você, Ano 5, nº. 27, Jul/Ago 2004.

KOSOSKI, Adilson Reinaldo. **A Revista do Agronegócio.** Revista Panorama Rural, Ano V, nº. 68, Setembro/2004.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Prática.** 5º Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.

OLIVETTO, Paloma; VAZ, Lúcio, Brasília: JORNAL CORREIO BRASILIENSE. 16 mai.2005. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA-EMBRAPA. **Tecnologias de produção de soja na região central do Brasil.** Londrina: Embrapa Soja, 2002. p.199.

PEREIRA, S.R. **A política de preços mínimos e o complexo soja.** Revista de Política Agrícola, v.2, n.3, p.23-24, jul/set. 1993.

PORTELA, Fernando. Vesentini, José William. **Êxodo Rural e Urbanização.** São Paulo: Editora Ática, 1997.

PORTELA, Fernando. FERNANDES, Bernardo Fernandes. **Reforma Agrária** São Paulo: Editora Ática, 1997.

REZENDE, Carlos Antônio de. **Evolução recente da política Agrícola no Brasil.** Brasília, 1991.

SALGADO, Eduardo. **O Avanço da Elite do Campo.** Revista Veja, Ano 37, nº. 39, Setembro/2004.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** 8ª ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2002.

SILVA G.L.S.P. **Reflexões sobre o papel da agricultura no Brasil.** Agricultura em São Paulo. v.29, n. 1-2.

SOARES, Alessandro. **Ano Novo, Novos Desafios.** Revista bb.com.você, Ano 5, nº. 29, Nov/Dez 2004.

VAZ, Lúcio; Olivetto, Paloma. **Distante das metas.** Correio Brasiliense, Brasília, 16 mai. 2005, caderno Brasil, p. 6.

ZYLBERSZTAJN, Décio. NEVES, Marcos Fava. **Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares**. São Paulo: Editora Pioneira, 2000.

Sites consultados:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MARKETING RURAL – ABMR. Disponível em: <http://www.abmr.com.br/>. 13 ago. 2004.

ARAÚJO, Ney Bittencourt. **Complexo Agroindustrial - o Agribusiness Brasileiro**. 1990. Disponível em <http://www.mre.gov.br/> Acesso em 01.jun.2005.

CENTRO DE ESTUDOS EVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA) <http://cepea.esalq.usd.br> 04 abr. 2004.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB) <http://www.conab.gov.br/> 06 out. 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. <http://www.cna.ogr.br> 04 abr. 2004.

FAO. Faosat: agriculture. <http://www.fao.org> 21 abr. 2004.

GAZOTO, Luís Wanderley. **A Linguagem e a revolução francesa**. Disponível em: <http://www.pmf.gov.br/~gazoto/monogra.htm> 22 out. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <http://www.ibge.gov.br/> 21 abr.2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/inicial/index.php> 21 abr. 2004.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. <http://www.agricultura.gov.br/> 21 abr. 2004.

<http://search.msn.com.br/results.aspx?FORM=TOOLBR&q=credito+agricola> 01.06.2005.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5150.htm jun. 2005.

http://www.susep.gov.br/menuatendimento/Seguro_Rural.asp#1 15. jun. 2005.